



SCIENTIFIC MAGAZINE

PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

scientificmagazine@hotmail.com

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574

SCIENTIFIC MAGAZINE

SCIENTIFIC MAGAZINE-, Ano XIII, n° 115/Novembro B- 2019
- São Paulo. SP.

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

Publicação contínua

E-mail: scientificmagazine@hotmail.com

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574

Versão online

Resumo português

Resumo inglês

A fim de cumprir com a periodicidade contínua corresponde ao Ano XIII, n° 115/ Novembro- B- 2019.

As opiniões emitidas nos textos publicados são de responsabilidade de seus respectivos autores.

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins

Prof. Dr. Fabio Marques Barros

Prof. Dr. José Contenatto

Diretor Executivo

Mauricio Furlanetto

Prof^o. Ms. Denildo da Silva Costa

Prof^a. Doutoranda Yara Figueiredo Dan

Prof^a. Ms. Maria do Socorro Carlos Soares Marques

Prof^a. Dra. Regina do C. M. da Silva

Prof^a. Ms. Maria da Glória Novais Silva Benfica

Prof^a. Ms. Maria Luisa Domingues Ferreira

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Ms. André Luís

COMISSÃO CIENTÍFICA



Origem: Projeto NBR 6022:2002 ABNT/CB-14 - Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação CE-14:001.01 - Comissão de Estudo de Documentação NBR 6022 - Information and documentation - Article in printed scientific periodical publication - Presentation Descriptors: Documentation. Periodic article. Printed scientific periodical publication. Esta Norma substitui a NBR 6022:1994 Válida a partir de 30.06.2003.

Sede: Rio de Janeiro Av. Treze de Maio, 13/28^o andar CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: PABX (21) 3974-2300 Fax: (21) 2240-8249/2220-6436 Endereço eletrônico: www.abnt.org.br ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas Copyright © 2003, ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas Printed in Brazil/ Impresso no Brasil Todos os direitos reserva

Endereço para Encaminhamento:

Revista (on-line) Scientific Magazine

Email: scientificmagazine@hotmail.com

Conselho Editorial - Scientific Magazine - São Paulo-SP- Brasil

<http://www.scientificmagazine.com.br/>

SUMÁRIO

O HIBRIDISMO CULTURAL NO ESPAÇO DE FRONTEIRA: CASO BRASIL/BOLÍVIA, OESTE MATOGROSSENSE	5
INTERESSE E MOTIVAÇÃO DOS ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR PELA PESQUISA CIENTÍFICA	13
IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO	23
IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO	43
PROBLEMAS COMUNS NA APRENDIZAGEM DA LEITURA	56
LER O ESPAÇO PARA COMPREENDER O MUNDO	65

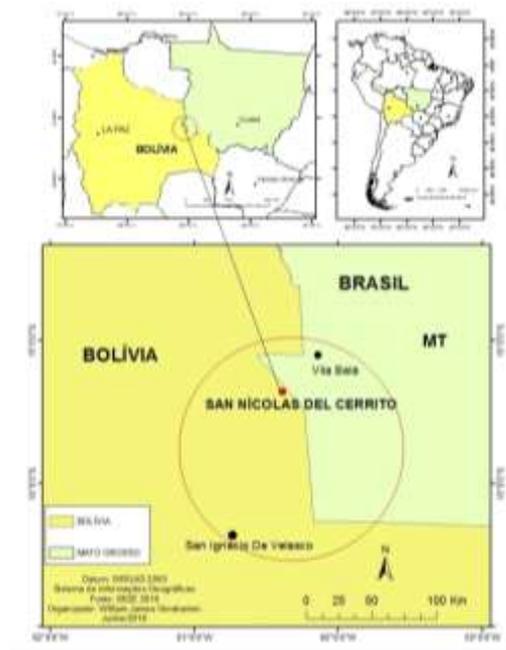
O HIBRIDISMO CULTURAL NO ESPAÇO DE FRONTEIRA: CASO BRASIL/BOLÍVIA, OESTE MATOGROSSENSE

Denildo da Silva Costa ¹

No que tange a hibridização cultural, Burke (2003) define como encontros que levam a algum tipo de amalgamação, uma posição intercessora. Este texto evidencia trabalho desenvolvido entre 2015 a 2017, em uma comunidade de fronteira internacional entre Brasil e Bolívia. Pesquisa de cunho etnográfico, com metodologia de observação participante, entrevistas semiestruturadas e diário de campo (Whyte, 2005), analisando aspectos referentes aos costumes e práticas no espaço cultural.

A comunidade pesquisada é *San Nicolás del Cerrito*, (figura 01) localizada no município de *San Ignacio de Velasco*, no Departamento de Santa Cruz, na Bolívia, nas proximidades de Vila Bela da Santíssima Trindade, estado de Mato Grosso, Brasil.

Figura 01 – Localização da comunidade pesquisada.



A história de início povoação da comunidade se resultou do processo migratório de famílias na década de 1970, que buscaram novas oportunidades e uma vida longe da opressão dos Estados brasileiro e boliviano. A população é composta por mais de trinta famílias, orientadas por um arcabouço religioso cristão herdado das Missões jesuítas de Chiquitos no século XVIII. Sobre as questões estruturais, não possui energia elétrica, água encanada, a produção agrícola em escala de

¹Mestre Ciências Ambientais – UNEMAT.

subsistência e a servidão em trabalhos em propriedades particulares (fazendas de bovinocultura) que é muito peculiar na região.

Sobre espaços e construções históricas, Sack (1986) defende que devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a igreja etc. Para Haesbaert (2004) O território é uma categoria de poder simbólico de dominação, representa a apropriação de determinados grupos para com seu espaço de vivência.

Saquet (2009) define a territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais que variam no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades.

De acordo com Martins (1997) existem múltiplas fronteiras, fronteira da civilização, espacial, cultural, étnica, histórica e fronteira do humano. Sobre a fronteira representa a degradação do outro para viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. Raffestin (1993) define a fronteira sempre como Zona Camuflada em Linha, ou seja, entre os territórios nacionais existem

zonas que se confundem conseqüentemente as relações transfronteiriças assumem e baseiam no intercâmbio de culturas e de economias.

Para Gupta e Ferguson (1992) as fronteiras são lugares de contradições incomensuráveis, onde não indica um local topográfico fixo entre dois outros locais fixos (nações, sociedades, culturas), mas uma zona intersticial de deslocamento e desterritorialização, que confronta a identidade do sujeito hibridizado. Cardoso (2008) define os países latino-americanos como resultantes de misturas culturais oriundas por cruzamentos de tradições indígenas, ibéricas, africanas e posterior de imigrações diversas, perfazendo o hibridismo cultural pela interação do homem, sejam na transculturação, aculturação ou neoculturação.

Habermas (1998) defende que a fronteira deve ser um projeto político em construção e não uma fatalidade histórica de uma comunidade linguística, religiosa, étnica ou civilizacional. Sahlins (1989) pondera que as populações fronteiriças devem ser vistas como gentes de uma própria história, ainda que exista assimetria estrutural entre elas e seus respectivos

Estados. A fronteira divide uma população que fala a mesma língua e pratica a mesma tradição comum. É necessário reconhecer os efeitos sociais e culturais do extenso processo de construção dos Estados nacionais latino-americanos e compreender os sentidos práticos da nacionalidade para os setores sociais que habitam as fronteiras.

Na definição de Machado (1998) entre os termos limites e fronteira, é o sentido que foi atribuído a fronteira está orientada para fora (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados para dentro (forças centrípetas).

Machado (2010) define a temática fronteira a partir da teoria de redes e do conceito de circuitos de transação legal e ilegal, mais dinâmicos que a fronteira como linha-limite da concepção de Estado. Ou seja, circuitos ilegais de contrabando e de drogas ilícitas em trânsito atual, quase o mesmo do passado colonial. A autora defende que as interações transfronteiriças não são um fenômeno novo, mas acompanham a mundialização do capital e a forma do Estado nacional.

A fronteira política encontra nos limites jurídicos do Estado seu mais pleno potencial de realização, quer na defesa

militar da nação (estratégias geopolíticas de contenção) ou na proteção de determinada cultura (as identidades nacionais).

Grimson (2005) defende que o conceito de fronteira é difuso, tanto para a retórica diplomática como para os ensaios sociais e culturais. Sua característica é a duplicidade: objeto/conceito e conceito/metáfora, perfazendo fronteiras físicas territoriais e fronteiras culturais simbólicas.

Canclini (2001) avalia que existem fronteiras com populações e histórias singulares. Anula-se a ideia generalizada que toda fronteira é de separação e união ao mesmo tempo. Em determinados contextos históricos e em certas regiões existem tendências mais ou menos gerais sobre as fronteiras. Assim, cada situação empírica das características que as fronteiras são ordenadas e hierarquizadas. Desse modo existem fronteiras mais permeáveis que outras, existem momentos de marcos de militarização para os que cruzam, outros cruzam com maior facilidade e outros são humilhados e perseguidos.

Nas definições sobre fronteira de acordo com Oliveira (2015), a região pesquisada apresenta as seguintes características de Condições: Alta integração

formal, mas com baixa integração funcional, Fronteiras Protocolares. Por apresentar programas de países vizinhos objetivando a ampliação das relações comerciais, controle de Zoonoses com vacinação de rebanhos (posto de vigilância sanitária e inspeção animal - INDEA - MT), educação sanitária, atividades militares de combate ao narcotráfico e contrabando (posto exército Brasileiro - Destacamentos militar e posto policiamento especial de fronteira - GEFRON).

E Condição baixa integração formal, mas com alta integração funcional, Fronteiras Crespas. Espaço povoado por implicações diversas: a utilização dos trabalhos, das terras, dos serviços e as relações comerciais ali existentes. Acontece porque são movidas pela informalidade abusiva. Relação essa comum à utilização de trabalhadores de um lado da fronteira serem utilizados no outro lado, sem o mínimo formalismo, com salários baixos. Uma relação de disponibilizar trabalhadores não apenas funcional como ilícito, o autor menciona como crespas por colocar a sociedade em perigo e por apresentar agitação, possibilidades de rusga na

tessitura territorial.

Para Sack (1986) as razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Desse modo, os estados tentam controlar uma área geográfica, ou seja, um território, visando atingir, afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, em nome de soberania nacional e ou riscos as nações.

A terra da comunidade *San Nicolás del Cerrito* é comunal onde não é permitida a venda de nenhum espaço territorial. Todos podem consolidar suas roças e criar animais que são particulares e podem ser comercializados ou trocados. Sobre a territorialidade, grande parte de seu território tradicional está fora da área da comunidade, desse modo necessitam sair dos limites de terra da comunidade demarcada para caçar, pescar e coletas extrativistas vegetais.

Sobre a fronteira Geopolítica na região é distinguida por marcos de concreto, cercas de arame sobre divisas secas e aquáticas (*Laguna Marfil*). As bases militares de controle mostram presença, mas são insuficientes. Em *San Nicolás del Cerrito* a

tipologia se enquadra na fronteira artificial marcos (concreto) para demarcação no terreno, de delimitação proveniente por tratados entre os estados.

Para Gupta e Ferguson (1992) as fronteiras locais, regionais e nacionais nunca contiveram a cultura da maneira como supunham amiúde as representações antropológicas. Porém, a existência de uma esfera pública transnacional significa que não é mais possível sustentar a ficção de que essas fronteiras encerram culturas e regulam trocas culturais.

Sobre esse processo de contato, Bhabha (1998) define a relação na fronteira, que tudo que é produzido na articulação de diferenças culturais configurando o lugar, um espaço de fronteira específico classificado como hibridismo cultural. Entretanto esses lugares suscitam fluxos e também conflitos, não somente como locais pacíficos e amistosos.

O mesmo autor defende que multiculturalismo é ao mesmo tempo, um débil reconhecimento do fato de que as culturas perderam suas amarras a lugares definidos, e uma tentativa de subsumir essa pluralidade de culturas na moldura de uma identidade nacional. Da mesma forma a

ideia de subcultura tenta preservar a ideia de culturas distintas ao mesmo tempo em que reconhece a relação de diferentes culturais com uma cultura dominante dentro do mesmo espaço geográfico territorial.

Nas palavras de Souza (2014), a fronteira se constrói a partir da diferença, se molda rente á alteridade e precisa dela para determinar. A fronteira, então, denuncia as tensões entre os dois espaços: o dentro e fora; o um e o outro. Ao mesmo tempo, promove imbricações entre seus pares binários, o que resulta em uma zona híbrida onde ocorre o contato entre os polos separados, espaço em que são postos frente a frente. (p. 475).

Hall (2006) define que nacionalismos deixam claro que os Estados desempenham um papel crucial na política popular de construção do lugar e na criação de laços naturalizados entre lugares e povos. Para Silva (2000) em casos das identidades nacionais, é comum o apelo a mitos fundadores, o que define como comunidades imaginadas. Na medida em que não existe nenhuma comunidade natural em torno da qual se reúnem as pessoas que constituem em um determinado

agrupamento nacional, ela precisa ser inventada, imaginada.

A ligação com as culturas brasileira é muito forte na comunidade. A cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade está mais próxima do que *San Ignacio de Velasco*, haja vista que a maioria das famílias que vivem na região trabalha e realizam compras no Brasil, em Vila Bela da Santíssima Trindade ou em Pontes e Lacerda. Produtos brasileiros são comuns na comunidade, ritmos musicais, a linguagem e outros elementos.

Os processos são induzidos pelos padrões de homogeneização, o paradigma é o que se consome no Brasil e fazer compras no país vizinho agrega um *status* econômico e social, mesmo sendo mais caro do que realizar compras na Bolívia. Esse fato muda modelos tradicionais e o estilo de vida dos moradores da região, criando espaço que Bhabha (1998) e Souza (2014) classificam como espaço hibridizado, elementos dos dois países constroem a identidade local. Processo esse de relações entre os dois países não representa uma iniquidade. Vila Bela e *San Ignacio de Velasco* possuem enorme contingente recíproco de migrantes originários das duas cidades. Essa situação

pode ser compreendida como integração cultural e social.

Habermas (1998) defende que a fronteira deve ser um projeto político em construção e não uma fatalidade histórica de uma comunidade linguística, religiosa, étnica ou civilizacional. Sahlins (1989) pondera que as populações fronteiriças devem ser vistas como gentes de uma própria história, ainda que exista assimetria estrutural entre elas e seus respectivos Estados. A fronteira divide uma população que fala a mesma língua e pratica a mesma tradição comum.

É necessário reconhecer os efeitos sociais e culturais do extenso processo de construção dos Estados nacionais latino-americanos e compreender os sentidos práticos da nacionalidade para os setores sociais que habitam as fronteiras, desconstruir estereótipo de espaços inóspitos, onde reina a periculosidade, banditismo e violências de todas as esferas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade *San Nicolás del Cerrito* é resultante desse movimento de fronteira nacionais que dividiram um povo que após o advento das demarcações criaram conotações diferentes. Populações autóctones regionais e adventícios consolidaram sua construção.

O encontro entre nações distintas fez surgir um espaço de hibridismo cultural, que hoje configura a região, cabendo às instituições em todas as esferas ter essa leitura, como educação, segurança, saúde e social, compreender esse fenômeno e operar políticas que adequem a essas realidades e promover gestão específica.

A relação social entre Brasil e Bolívia é algo intrínseco à região e parte da identidade do local, os fenômenos locais determinam a manutenção das práticas culturais o *modus vivendi* desses grupos.

REFERÊNCIAS

BHABHA, H. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BARTH, F. *O Guru, o iniciador e Outras Variações Antropológicas* (Organização de Tomke Lask). Contra Capa Livraria: Rio de Janeiro, 2000. 243p.

BURKE, P. *Hibridismo Cultural*. Tradução Leila Souza Mendes. Coleção Aldus 18 - Editora Unisinos. São Leopoldo, 2003.

CARDOSO, J.B. Cultural hydism in Latin America. *Itinerários*, Araraquara, n.27, p. 79-90, july./Dec. 2008.

CANCLINI, N. G. *Introducción a la nueva edición*. Culturas híbridas. Paídos, pp.13-33. Buenos Aires, 2001.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. Zahar, 1989.

GRIMSON, A. *Fronteras e identificaciones nacionales: diálogos desde el Cono Sur*. Iberoamericana, V, 17. Pp. 91-99, 2005.

GUPTA, A. e FERGUSON, J. *Beyond. Culture: Space, identity and politics of difference*. Cultural Anthropology. vol 7, nº 1. Washington: American Anthropology Association, fevereiro. Pp. 6-23. Tradução de Pedro Maia Soares, 1992.

HABBERMAS, J. *Identidades nacionales y postnacionales*. Madrid: Tecnos, 1998.

HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade*. In: Anais do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Programa de Pós-graduação em Geografia, UFRCS. Porto Alegre, 2004.

HALL, S. *A identidade cultural no pós-modernidade*. 11 ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopez Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MACHADO, L. O. *Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade*. UFRJ, 2010

MACHADO, L. O. *Limites, Fronteira e Redes*. In Strohaecker e outros (orgs), *Fronteiras e Espaço Global*, Porto Alegre, AGB, 1998, p. 41-49.

MARTINS, J de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, T. C. M de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*. p.233-256, V.11, n.15, jan-jun.2015.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. *Human Territoriality: is theory and history*. Cambridge University Press. Cambridge, 1986.

SAHLINS, P. *Boundaries. The Making of France and Spain in the Pyrenees*. University of California Press. Berkeley, 1989.

SAQUET, M.A. *Por uma abordagem territorial*. In: SAQUET, M.A & SPOSITO, E.S. (Eds.), *Território e Territorialidades: teorias processos e conflitos*. 1 ed., pp. 73-94. São Paulo, 2009.

SILVA, J. A. F. *Identidades e conflitos na fronteira: poderes locais e os chiquitanos*.

Memória Americana. Julio-Diciembre 16 (2). Ciudad Autonoma de Buenos Aires, 2008.

SILVA, T. T da. *Identidade e diferenças: a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes – Petrópolis, RJ, 2000.

SOUZA, M. J de. *Fronteiras Simbólicas – Espaços de Hibridismo Cultural, uma leitura de dois irmãos, de Milton Hatoum*. Letrônica, Porto Alegre, v7, n1, p. 475-489, jan jun, 2014.

WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor [1943], 2005.

INTERESSE E MOTIVAÇÃO DOS ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR PELA PESQUISA CIENTÍFICA

Yara Figueiredo Dan²

RESUMO

O artigo tem por objetivo determinar se o uso de estratégias de aprendizagem baseado no interesse e motivação influencia o nível de habilidades de pesquisa em estudantes de graduação. O estudo realizado baseou-se numa pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa. Os dados apontam aspectos importantes para uma reflexão sobre as diretrizes implementadas para a inserção do aluno na pesquisa e sua elaboração. Revelam ainda que as crescentes demandas e complexidades da vida social exigem, cada vez mais, a formação de profissionais competentes, que buscam atualizar-se continuamente e a incorporação da atividade de pesquisa ao cotidiano profissional voltado para a construção e a ampliação do conhecimento. Entre as tarefas atualmente desempenhadas pelas universidades e instituições de ensino superior está o fortalecimento dos vínculos entre ensino e pesquisa, promovendo a estudantes e professores o interesse na geração de conhecimento nos diferentes espaços destinados a ele. Buscou-se investigar aspectos como: conhecimento, interesse e motivação, sobre esses processos

de pesquisa. Os principais pontos extraídos da análise desse estudo, consistem no elo entre orientador e orientando na concretização das competências e habilidades para desenvolvimento da pesquisa, com o propósito de oferecer uma orientação de qualidade ao alunos em processo de formação, para que possam por meio da pesquisa de graduação aumentar a probabilidade de os alunos persistirem em se especializar em estudos relacionados ao campo da ciência.

Palavras-chave: Competências. Habilidades. Pesquisa. Interesse. Motivação.

ABSTRACT

El artículo tiene como objetivo determinar si el uso de estrategias de aprendizaje motivacionales y basadas en intereses influye en el nivel de habilidades de investigación en estudiantes de pregrado. El estudio se basó en una investigación bibliográfica, descriptiva y cualitativa. Los datos apuntan aspectos importantes para una reflexión sobre las pautas implementadas para la inserción del alumno en la investigación y su elaboración. También revelan que las crecientes demandas y complejidades de la vida social exigen cada vez más la formación de profesionales competentes, que buscan actualizarse continuamente y la incorporación de la actividad de investigación en la vida diaria profesional centrada en la construcción y expansión del conocimiento. Entre las tareas que

²Bacharel e Licenciada em Educação Familiar - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – 1977; Mestre em Administração - Gestão e Estratégia em Negócios - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – 2003. Doutoranda en Ciencias de la Educación - Universidad de Desarrollo Sustentable – Py – 2018.

atualmente realizam as universidades e as instituições de educação superior se encontra o fortalecimento dos vínculos entre a educação e a investigação, promovendo o interesse de estudantes e docentes na geração de conhecimento nos diferentes espaços destinados a isso. Tentamos investigar aspectos como: conhecimento, interesse e motivação, sobre estes processos de investigação. Os principais pontos extraídos do estudo deste estudo, são o vínculo entre o orientador e a orientação na realização de competências e habilidades para o desenvolvimento da investigação, com o propósito de proporcionar orientação de qualidade aos estudantes no processo de formação, para que possam através da investigação. Os programas de graduação aumentam a probabilidade de que os estudantes persistam em especializar-se em estudos relacionados com o campo das ciências.

Palavras chave: Competências. As habilidades Buscar Interesse Motivação

1. INTRODUÇÃO

O ensino superior e o ensino de pós-graduação são os fatores que impulsionam e asseguram o desenvolvimento sustentável de uma nação e se tornam componentes estratégicos para essa evolução. Nesse sentido as universidades enfrentam grandes desafios que o fazem enfrentar defasagens estruturais, acrescidas aos derivados das transformações da economia mundial.

A partir desses novos tempos, o ensino superior e a pós-graduação ganham

relevância, pois se tornam um fator estratégico para o desenvolvimento do país, uma vez que são fatores determinantes como: pesquisa, desenvolvimento do conhecimento, inovação e a formação de recursos humanos e, a partir daí, que são geradas linhas de pesquisa e projetos de pesquisa associados ao curso de graduação e pós-graduação, forçando esse tipo de instituição a reforçar seu compromisso e projeção social; assim, de maneira geral, o Brasil apresenta desafios que deve propor um modelo sólido da sociedade do conhecimento que garanta um amplo investimento em educação, ciência e tecnologia, bem como que incentive seu uso e constitua uma fonte de pesquisa e desenvolvimento (SEVERINO, 2007).

Nesse contexto, todas as instituições de ensino superior devem contemplar em seus objetivos prioritários, melhorar a infraestrutura e o apoio financeiro à pesquisa ano após ano. O exposto acima auxilia a se tornarem universidades líderes, produtores de novos conhecimentos e as tornará participantes no desenvolvimento de seu país, obtendo reconhecimento como uma instituição comprometida com a pesquisa científica e tecnológica.

Para manter interesse e motivação dos estudantes, o processo de pesquisa exige um conhecimento preciso de quem direciona o processo. Isso permite, desde a observação, entrevista e reconhecimento para processá-los mentalmente, caracterizá-los, diferenciar o externo do interno e o secundário do primário, para alcançar a solução do problema. Essas características são típicas de um pesquisador, portanto, pode-se dizer que em todo aluno de nível superior existe um pesquisador oculto ou visível.

É através da pesquisa que o processo de aprendizagem é vitalizado e combatida a memorização que contribuiu tanto para a formação de profissionais passivos, pequenos amantes da inovação, com pouca curiosidade e iniciativa pessoal. O setor universitário, produtor e principal disseminador de conhecimento em uma sociedade, tem papel de destaque na atividade científica de qualquer nação, aspecto evidente na maioria dos países em desenvolvimento.

Entre as principais formas de ensino no ensino superior, está a atividade científica do aluno. Para Neotti (2006) o aprendizado é um processo guiado pela

motivação e interesse. O professor desempenha um papel importante para garantir que o aluno esteja motivado, sem motivação, não há aprendizado. No ensino, é necessário orientar atividades que fomentem o interesse na busca de informações e, assim, possam abordar o aprendizado com a intenção de entender e resolver problemas. Portanto, o objetivo do estudo foi determinar se o uso de estratégias de aprendizagem baseado no interesse e motivação influencia o nível de habilidades de pesquisa em estudantes de graduação em e seus fatores associados.

2. INTERESSE E MOTIVAÇÃO PARA A PESQUISA

Toda universidade deve promover a abertura de espaços acadêmicos, onde a base do ensino e a lógica são as pesquisas (HERNÁNDEZ, 2009). Molina (2010) sugere que, para entender a pesquisa a partir da abordagem de ensino, ela deve ser dividida em três tipos. O primeiro é chamado de "pesquisa para o ensino", que corresponde à atividade de ensino, à sua formação e ao estudo do processo de ensino - aprendizagem; O segundo tipo é "pesquisa como ensino", que se refere ao fato de motivar alunos de todos os níveis

educacionais ao desejo de indagação, a importância desse tipo de pesquisa, é que ele forma a atitude ativa e o interesse dos alunos através de a reconstrução do conhecimento, motivando-o a enfrentar situações e contribuir para resolvê-las; e o terceiro tipo é a "pesquisa para a produção e aplicação do conhecimento", que tem um rigor metodológico e exige ser muito exaustiva às diferenças dos dois primeiros tipos, esse tipo de investigação surge de uma posição ideológica acompanhada de teorias propostas de métodos e técnicas específicas.

De acordo com Moraes (2007), O ensino de pesquisa tem várias vantagens: contribui para o desenvolvimento profissional do orientador e promove a aprendizagem funcional dos futuros professores, aprimora o trabalho em equipe e permite a criação de um currículo integrado, baseado no estudo dos problemas vitais para a comunidade educacional.

Mas, para Neotti (2006), o ensino de pesquisa apresenta sérios desafios para quem está envolvido, pois implica abandonar o papel tradicional desempenhado pelo professor em sala de aula, ao contrário do que estamos acostumados à organização pelas disciplinas

e exige muita dedicação. Assim o autor discorre que:

[...] A primeira coisa que os professores devem fazer para promover o ensino de pesquisa é perguntar a si mesmos se desejam orientar seus alunos para serem usuários do conhecimento de outras pessoas ou construir seu próprio conhecimento, com base em suas experiências (NEOTTI, 2006, p.67).

Para o autor, o orientador ao assumir seu papel, deve estar sempre indagando se deseja preparar seu aluno para investigar durante o curso de graduação, se está contribuindo para preparar para a vida, para a profissão e, eventualmente, para o curso de pós-graduação, pois é um processo vinculado à formação.

Para Lima (2008) o ensino superior como formação deve ser altamente qualificado e como espaço de articulação de pesquisas e inovações científicas e tecnológicas, tem uma responsabilidade social ampliada. As possibilidades de avançar em direção a uma das sociedades do conhecimento e garantir a sustentabilidade do desenvolvimento nacional dependem em grande parte dos esforços tanto do orientador, como do orientando, garantindo sua qualidade, bem como para impulsionar a pesquisa e inovação científica.

Para Gadoti (1992) e Freire (2005), no pensamento libertador, a educação

problematizadora, amparada na investigação científica, dá-se por meio do diálogo entre o orientador e orientando, ambos considerados sujeitos do processo, desempenhando o papel de investigadores críticos. Ela é, em sua essência, desafiadora, pois associa o problema a outros problemas em um processo contínuo, tornando-se cada vez mais crítica. Por tudo isso, a concepção do processo investigativo conduz a mudanças. Portanto, a educação por desenvolver o pensamento crítico, permite o despertar da consciência crítica, a superação das contradições, concorrendo para a transformação social e transformação do indivíduo.

Para Freire e Shor (2003), o aluno que desenvolve o ato de conhecer e produzir conhecimento deve possuir algumas qualidades, como a ação, a reflexão crítica, a curiosidade, o questionamento exigente, a inquietação e a incerteza. Sendo assim, a educação deve ser de natureza integradora, para que professores e alunos possam criar e recriar o conhecimento e compartilhá-lo mutuamente. Estimula-se o diálogo reflexivo e democrático dentro de um clima de responsabilidade, direcionamento, determinação e disciplina. Nessa concepção, não há dicotomia entre ensino e pesquisa,

pois esta última desenvolve-se no próprio espaço acadêmico. Sobre isso, dizem Freire e Shor (2003, p. 21):

[...] o primeiro pesquisador, na sala de aula, é o professor que investiga seus próprios alunos. Esta é uma tarefa básica da sala de aula libertadora, embora, por si só, seja apenas preparatória, porque o processo de pesquisa deve animar os estudantes a estudar tanto os textos do curso como sua própria linguagem e realidade (FREIRE e SHOR, 2003, p. 21).

Freire e Shor (2003) defendem a metodologia da investigação no estudo em que interesse e motivação caminham de mãos dadas. Os estudantes de graduação devem participar do maior número possível de processos de pesquisa, vinculados à crença e à percepção de que o ensino e a pesquisa podem melhorar as experiências de aprendizado dos alunos.

A investigação, quando desenvolvida por meio de uma metodologia conscientizadora, em que o aluno se propõe e se posiciona com interesse promove sua apreensão e uma compreensão crítica do mundo. Para isso, Freire e Shor (2003) recomendam que, ao buscar a temática significativa, seja feita a problematização dos próprios temas, considerando a vinculação deles com outros e seu envolvimento histórico cultural (FREIRE E SHOR, 2003; GADOTI, 1992).

Libâneo (1993) discorre que o modelo histórico-cultural concebe o conteúdo de ensino vinculado à realidade social, pois produção científica requer verdadeira disseminação do conhecimento:

[...] estudam-se as leis objetivas dos fatos, fenômenos da natureza e da sociedade, investigando as suas relações internas e buscando a sua essência constitutiva por detrás das aparências (LIBÂNEO, 1993, p. 137).

Como discorre o autor, as experiências de pesquisa de graduação devem ser valorizadas pelos professores, devido à crença de que tais experiências despertam um interesse maior nos alunos que participam desde cedo de pesquisas.

Portanto, quando a metodologia ou a pesquisa é tratado como um único conteúdo curricular e isolado das disciplinas teóricas do currículo, é muito provável que o método esteja implicitamente sendo considerado diferente da teoria que o gerou. Uma das consequências mais óbvias dessa dissociação é que o interesse e a motivação do aluno pela pesquisa sejam estagnados. Desse modo, será possível adotar um enfoque integrador da atividade científica, nas diversas disciplinas do currículo. Para tanto, deve-se ter em conta que a orientação deva acontecer num processo dinâmico,

sendo algo susceptível de transformações em decorrência de novas investigações; incentivar a criatividade, estimulando o questionamento que conduz ao conhecimento inovador e o despertar da crítica como forma autônoma de pensamento; desenvolver a competência profissional, conjugando o saber pensar e o saber para intervir nas diversas situações surgidas durante a investigação.

2.1. Despertar para as habilidades investigativas

Saviani (2003) coloca que o professor e orientador deve buscar sempre a unidade entre a teoria e a prática, utilizando estratégias que incentivem a autonomia do aluno e o desenvolvimento de sua capacidade criativa. Para tanto, é necessário o desenvolvimento de métodos de raciocínio, de investigação e de reflexão.

As habilidades investigativas podem ser desenvolvidas, nesse modelo, por meio da assimilação e da aplicação prática de várias ações e habilidades cognitivas que sustentam a formação de diversas competências. Para Saviani (2003) as habilidades investigativas são aquelas

"[...] referentes ao planejamento da investigação científica, à estrutura e à aplicação, apresentação e comunicação dos resultados" (SAVIANI, 2003, p. 12).

No contexto da educação superior, as habilidades investigativas estão relacionadas aos procedimentos metodológicos que norteiam a construção do trabalho científico. Deve existir uma relação óbvia entre o apoio do professor e os resultados positivos que uma experiência de pesquisa possa oferecer aos alunos. O papel do orientador é complexo e indica que deve combinar habilidades entusiásticas, interpessoais, organizacionais e de pesquisa, pois desempenham um papel importante na facilitação da obtenção de resultados.

Segundo Demo (2003), pelo exposto, pode-se compreender a importância de incentivar os processos de pesquisa na universidade e promover a participação de alunos e professores. Na revisão de literatura realizada, por exemplo, um elemento relacionado à produção da pesquisa consiste na falta de atualização daqueles que são professores ou daqueles que atualmente praticam a orientação. Às vezes ignoram as várias propostas metodológicas existentes hoje e até as

concepções filosóficas subjacentes a suas pesquisas como discorre o autor:

[...] (re)construir projeto pedagógico próprio; (re)construir textos científicos próprios; (re)fazer material didático próprio; inovar a prática didática; recuperar constantemente a competência (DEMO, 2003, p. 29).

Para Demo (1997, 2003), o orientador deve sempre (re)construir seus conhecimentos, pois seus estudos se configuram como a base para uma orientação de qualidade e manter uma relação recíproca entre orientando-orientador. Para o autor, orientar os alunos no campo da ciência, alcançar a excelência acadêmica desejada sem formação metodológica adequada, ou uma atualização permanente de professores e sem que as instituições de ensino de nosso país realmente propiciem as condições para isso, é um discurso que já não pode continuar nos corredores das universidades.

Finalmente, o processo de ensino-aprendizagem das habilidades investigativas pode ser compreendido à luz de duas teorias da aprendizagem que apresentam características próprias, mas que se podem complementar, enriquecendo-se mutuamente. São as teorias da aprendizagem de Ausubel e de Vygotsky.

Para Ausubel e colaboradores (1980), a aprendizagem é o processo de organização e de integração do conhecimento na estrutura cognitiva. Segundo os autores, a aprendizagem ocorre no indivíduo de duas formas: de forma significativa e de forma mecânica. Sobre a primeira, esta acontece quando aparecem os conceitos prévios, ou seja, os subsunçores, encontrados na estrutura cognitiva da pessoa em processo de formação, assim, aquilo que o aluno está buscando no processo de investigação, por novos conhecimentos, estes se ancoram-se neles. Esses conhecimentos adquiridos vão sendo paulatinamente assimilados e modificando aqueles já existentes. Desse modo, transformam o conceito inicial em um conceito mais elaborado. Esse processo possibilita a formação de novas ancoragens.

Para Moreira e Mansini (1982) além dos sérios problemas relacionados à formação de professores pesquisadores, é urgente que, deve haver a promoção a atualização por parte do corpo docente no campo específico de conhecimento constantemente, além de uma revisão completa das abordagens metodológicas que são aplicadas ou debatidas no processo de orientação.

Para Santos (2007, p. 56), o ensino da metodologia científica para trabalhar o processo de investigação, não deve ser considerado uma receita que garante chegar à verdade, e não apenas isso, mas como a única maneira de chegar à abordagem de teorias. O aluno no seu processo de investigação, deve compreender que é possível alcançar a verdade, ou que somente se respeitar o "método" endossado pela comunidade científica hegemônica, o conhecimento é válido" (p. 56).

Com base nessa teoria, Severino (2007) aponta que a formação científica e a busca contínua de conhecimento dependem, em grande parte, da própria inclinação ou interesse dos alunos em relação à aprendizagem e ao conhecimento, portanto, para esses autores, o desenvolvimento de atitudes positivas para a metodologia da investigação e para a investigação científica, permitirá obter uma melhor compreensão e comprometimento com a natureza do processo científico. Nesse sentido, o autor coloca que vários estudiosos descobriram que estudantes de graduação e professores universitários tendem a considerar a pesquisa científica como estranha e irrelevante, além do fato de que ainda prevalecem vários mitos e crenças ingênuas

sobre a ciência. As implicações desses achados apontam para novas explorações teóricas sobre as condições que favorecem os processos de construção do conhecimento no ensino superior.

Com relação às práticas de pesquisas acadêmicas, o desenvolvimento da motivação e o interesse é fator primordial. Para tanto, é necessário que a responsabilidade e pretensão como professor orientador devem apresentar um panorama real da atividade e do papel que eles desempenham junto aos seus orientandos, pois quando ensina ciências em um contexto distante da realidade cotidiana, muitos perdem o interesse. E se não tiver essa motivação, todo o esforço e preparação do professor serão em vão. É crucial, portanto, destacar a importância da ciência e seu papel na vida dos acadêmicos. Os alunos também precisam de evidências que mostrem o real escopo e as limitações da ciência e dos cientistas. Para alcançar esses dois últimos objetivos, nada melhor do que ter a colaboração dos próprios pesquisadores no processo motivados e interessados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, é necessário ampliar as perspectivas de pesquisa na Universidade, sendo acadêmico ou pesquisador do setor público ou privado tornou-se uma atividade que gradualmente perdeu o reconhecimento social e a remuneração econômica, por isso é vital impulsionar as vocações científicas e tecnológicas, garantindo que os jovens atraídos pela pesquisa e pela academia sejam mantidos.

O ponto de partida para pavimentar o caminho da pesquisa consiste na motivação e interesse do aluno apoiado nos estudos inovadores. Os acadêmicos devem estar cientes de que o ensino em sala de aula não é suficiente, se não for externalizado, o processo de pesquisa científica implica em sua aprendizagem na instituição e em sua profissionalização, aproveitando o fato de que a comunidade que estuda a área administrativa está altamente ligada ao setor produtivo e, acima de tudo, é jovem, com o desejo de penetrar em outras áreas importantes da sociedade do conhecimento.

Concluindo, as necessidades dos alunos devem ser atendidas para que possam participar interna e externamente da produção científica e de sua aplicação no

campo econômico administrativo das organizações. Nesse contexto, a Universidade também deve estar ciente de que jovens estudantes universitários precisam de seu apoio para se vincular ao exterior, não apenas celebrando acordos de coordenação, mas também promovendo a participação da comunidade universitária. Sem dúvida, a pesquisa, deve ser considerada uma necessidade real das universidades públicas e privadas, elas devem se tornar centros empresariais comprometidos com a inovação, apoiar novas propostas e ter a iniciativa de desenvolver novos protocolos e linhas de pesquisa, ensinando os alunos a se questionarem e se perguntarem por que as coisas estão acontecendo.

REFERÊNCIAS

- AUSUBEL, D.P.; Novak, J.D. e Hanesian, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1997.
- DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2003.
- FISCHER, A. Letramento Acadêmico: uma perspectiva portuguesa. In: **Revista Acta Scientiarum**. Language and Culture. Maringá, v.30, n.2, pp. 177-187, jul./dez., 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, P. e SHOR I. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- GADOTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1992.
- HERNÁNDEZ, I. **El docente investigador en la formación de profesionales**. Revista Virtual Universidad Católica del Norte, 2009.
- LIBÂNEO, J.C. **Democratização na escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1999.
- LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MOLINA, M. I. (2010). **El vínculo docencia - investigación: una respuesta a la necesidad de pensamiento crítico en México**. Primera revista electrónica en América Latina Especializada en Comunicación, 2010.

MORAES, Flávio Fava de; FAVA, Marcelo. **A iniciação científica:** muitas vantagens e poucos riscos. São Paulo Perspectiva [online]. vol.14, n.1, p.73-77, 2000

MORAES, Rodrigo. O Plágio na Pesquisa Acadêmica: a ploriferação da desonestidade intelectual. **Revista Diálogos Possíveis**, ano 6, nº2, julho/dez 2007

MOREIRA, M.A. e Mansini, E.F.S. (1982). **Aprendizagem si.** 1982.

NEOTTI, Carolina. **Autoria e plágio em monografias:** uma abordagem discursiva. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Santa Catarina: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2006.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, A. R. dos, **Metodologia científica: a construção do conhecimento**, 7^a ed., revisada conforme a NBR 14724:2005.- Rio de Janeiro, 2007.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23^a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO

Maria do Socorro Carlos Soares Marques³

RESUMO

Os hospitais universitários federais durante três décadas passaram por problemas crônicos relacionados com as deficiências nas áreas de gestão, de recursos humanos e do financiamento. O Governo Federal iniciou, em 2003, a busca por soluções inovadoras com o objetivo de recuperar essas instituições. Nesse sentido, foi criado o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários (Rehuf). Este programa implementou a inovação tecnológica e a adequação da estrutura física desses hospitais. Porém, os problemas de escassez da força de trabalho e a ineficiência na gestão não foram solucionados pelo mesmo. Para tal finalidade o Governo Federal criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), entidade pública de direito privado e do patrimônio próprio com o objetivo de implantar um modelo de gestão mais ágil, eficiente, transparente e prestação de assistência de excelência à população

Palavras-chave: Hospitais Universitários, Inovação, Rehuf, Serviços Públicos, Gestão.

ABSTRACT

Federal university hospitals for three decades have experienced chronic problems related to deficiencies in management, human resources and funding. In 2003, the

³Mestrado em Gestão – Especialização em Administração Pública.

Federal Government began the search for innovative solutions aimed at restoring these institutions. In this sense, the National Program for the Restructuring of University Hospitals (Rehuf) was created. This program implemented the technological innovation and the adequacy of the physical structure of these hospitals. However, problems of workforce scarcity and management inefficiency were not solved by it. For this purpose, the Federal Government created the Brazilian Company of Hospital Services (EBSERH), a public entity under private law and with its own patrimony, aiming to implement a more agile, efficient, transparent management model and providing excellent assistance to the population.

Keywords: University Hospitals, Innovation, Rehuf, Public Services, Management.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, os hospitais universitários caracterizam-se como um prolongamento da universidade, promovendo treinamento e formação de pessoas, com o objetivo de propiciar atendimento médico de alta complexidade. São responsáveis pelo aprimoramento e capacitação de pessoal especializado, por meio do ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento de tecnologias para a área da saúde. Com essa gama de responsabilidades a sua gestão é altamente complexa exigindo mais agilidade,

flexibilidade e dinamismo por parte dos seus dirigentes e servidores em geral.

De acordo com o decreto-lei nº 7.082/210 no seu artigo 2º, parágrafo único discorre que os Hospitais Universitários exercem “funções de ensino-aprendizagem e treinamento em serviço, formação de pessoas, inovação tecnológica e desenvolvimento de novas abordagens que aproximem as áreas acadêmicas e de serviços no campo da saúde”.

Conforme o referido decreto para exercer tais funções, é necessário cumprir os seguintes objetivos:

(I) atender às necessidades do ensino de graduação na área da saúde; (II) desenvolver programas de pós-graduação *strito sensu* e *latu sensu*, voltados à formação de docentes e pesquisadores na saúde; (III) definir a oferta anual de vagas dos programas de residência médica, de modo a favorecer a formação dos médicos especialistas nas áreas prioritárias para o SUS; (IV) implementar a residência multiprofissional nas áreas estratégicas do SUS estimulando o trabalho em equipe multiprofissional e contribuindo para a qualificação dos recursos humanos especializados, de forma a garantir assistência integral à saúde; (V) estimular o desenvolvimento de linhas de pesquisa de interesse do SUS, em conformidade com o perfil epidemiológico local e regional e as diretrizes nacionais para a pesquisa em saúde, com foco na busca de novas tecnologias para o cuidado e a gestão em saúde. (Brasil, 2010).

Após a inserção dos hospitais universitários no Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, na década de 90, a sua demanda aumentou consideravelmente, agravando os seus problemas estruturais, de custeio, de gestão e de escassez de mão de obras, afetando conseqüentemente a qualidade no ensino, pesquisa e extensão. Vale ressaltar que antes de fazer parte do SUS os mesmos eram de responsabilidade apenas do Ministério da Educação (MEC), por serem hospitais de ensino. Porém após a sua inserção no SUS, o MEC passou a responder apenas pelos gastos com pessoal e o Ministério da Saúde com os gastos de custeio, o que agravou ainda mais os problemas de sub-financiamento dos HU, pois a sua produção passou a ser vinculada à tabela do SUS, comprometendo os repasses financeiros, pois os custos estimados de manutenção dos HU são bem maiores aos repassados.

No Brasil, o SUS é um sistema de saúde, regionalizado e hierarquizado, que integra o conjunto das ações de saúde pública, criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8.080 de 1990, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde, e pela Lei nº 8.142 de 1990, que trata da participação da comunidade na gestão do

Sistema e das transferências intergovernamentais de recursos financeiros. O SUS tem normas e regulamentos que disciplinam as políticas e ações em cada subsistema, mas que é muito insuficiente em relação aos repasses financeiros aos HU (Ministério da Saúde [MS], 2003).

O sub-financiamento limita a prestação de serviço e a qualidade no atendimento pois a demanda é cada vez maior devido as mudanças do perfil da população (mais idosos, devido ao controle de natalidade e avanços da medicina) além do aumento de acidentes, da violência, das doenças crônicas, da poluição e aumento do desemprego.

Em relação ao sub-financiamento dos hospitais universitários, Coutinho (2004, p. 7) relata que:

Os hospitais universitários têm enfrentado sérios problemas de financiamento e desenvolvido uma árdua luta para cumprir sua missão de assistência, pesquisa, extensão e gestão atendendo com qualidade e responsabilidade técnica e ética os usuários do sistema de saúde. Para ilustrar essa problemática, cita-se um exemplo de relativa frequência nos hospitais de ensino, o Sistema Único de Saúde não paga alguns medicamentos/insumos que os pacientes necessitam, via de regra, uma questão de vida ou morte. Nessa

circunstância o gestor da unidade autoriza a aquisição, passando por forte dilema e gerando endividamento da instituição.

No entanto, após várias décadas de crise os hospitais universitários passaram por processos de modernização organizacional desde 2003, com esse propósito o governo federal implementou o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), criado pelo decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, com o objetivo de oferecer condições materiais e estruturais, além de modernização física e tecnológica para que os hospitais universitários integrantes do SUS possam desempenhar as suas funções de ensino, pesquisa e extensão, além de definir os objetivos e diretrizes para reestruturação dos mesmos. Contudo, apesar de melhorias na gestão da informação, desenvolvimento tecnológico e do aumento do financiamento o mesmo não conseguiu solucionar problemas crônicos como a recomposição da força de trabalho e a ineficiência na gestão. (Brasil, 2010)

O artigo 3º do referido decreto do Rehuf relaciona as seguintes diretrizes aos hospitais universitários federais:

- 1- Instituição de mecanismos adequados de financiamento, compartilhados entre as áreas da educação e da saúde;
- 2- Melhoria dos processos de gestão;
- 3- Adequação da estrutura física;
- 4- Recuperação e modernização do parque tecnológico;
- 5- Reestruturação do quadro de recursos humanos dos hospitais universitários federais;
- 6- Aprimoramento das atividades hospitalares vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão, bem como a assistência à saúde, com base em avaliação permanente e incorporação de novas tecnologias em saúde (Brasil, 2010).

Como consequência dessa escassez de pessoal gerada pela falta de concursos públicos, aposentadorias e saída dos funcionários em busca de melhores salários, os hospitais universitários, a fim de suprir essas necessidades, realizaram contratações temporárias através das fundações de apoio vinculadas as Universidades Federais utilizando recursos de custeio para pagamento dos mesmos, situação muito questionada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pois considerava ilegal tais contratações.

Essa rotatividade de pessoal e a existência de múltiplos vínculos compromete a eficiência dos serviços, tendo como consequência o fecho de alguns deles e a diminuição do número de leitos.

Para fazer face a esses problemas do Brasil, o Governo Federal criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), sob a forma jurídica de empresa pública, vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, e cujos objetivos são: prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar-ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, contratação de pessoal através de concurso público, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio às instituições públicas e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública observada nos termos do artigo 207º da Constituição Federal, a autonomia universitária (EBSERH, 2016).

Nesse contexto, o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA), objeto desse estudo, foi um dos primeiros hospitais que assinaram contrato com a EBSEHRH, na

busca da qualidade na prestação dos seus serviços, com o objetivo de aumentar sua mão de obra qualificada, substituir a força de trabalho da fundação de apoio, de qualificar a gestão e investir em infraestrutura e em equipamentos.

Este artigo tem como objetivo avaliar os impactos ocorridos após implantação do novo modelo de gestão proposto aos hospitais universitários. Tentou-se traçar o caminho dessas instituições até o momento atual, em que o governo federal repassa a gestão dos hospitais universitários a uma empresa pública de direito privado. Seu objetivo é descritivo, porque descreve características de um grupo e suas relações com determinadas variáveis. (Gil, 2008)

Foram utilizados como procedimentos de pesquisa fontes documentais secundários (livros e artigos), além de documentos primários tais como relatórios de satisfação dos usuários, disponibilizado nos sítios eletrônicos da Ouvidoria da EBSERH, de relatórios de atividades e do Plano Diretor Estratégico do HUUFMA.

Para o desenvolvimento desse artigo, o estudo foi organizado em nota

introdutória seguido da temática de inovação nos serviços hospitalares; contratação do HUUFMA com a EBSEH e conclusão.

2. INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS HOSPITALARES

O setor de serviços ganhou forças a partir da Segunda Guerra Mundial, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, desde então houve significativo avanço seja pela sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), seja pela sua produtividade, competitividade ou pela participação no emprego total e melhoria da qualidade de vida da população.

A característica de “intangibilidade” é que distingue o setor de serviço do setor de produção de bens, além da importância da participação do cliente no processo de produção dos serviços, sendo um atributo fundamental que impulsiona a busca da qualidade por meio do processo de inovação que se torna crucial atualmente. Saber exatamente o que o cliente precisa gerar a satisfação dos mesmos além de aumentar os conhecimentos da própria organização.

O estudo de inovação no setor de serviços é relativamente novo e passível de

discussões mais aprofundadas. A literatura sobre inovação em serviços até meados da década de 1990 se constituía, em realidade, da aplicação de conceitos e métodos desenvolvidos no bojo da indústria manufatureira, ou seja, a inovação em serviços resumia-se ao processo de inovação tecnológica nos serviços. Porém, devido à sua importância, surgiu a necessidade de discutir o tema inovação em serviços de forma mais dinâmica, pois se busca a qualidade na prestação dos mesmos, que, nas palavras de Burmester (2013, p.2) “é consequência de uma ação resoluta da liderança da organização, buscando a excelência com dedicação e método.”

Para Madureira et al. (2013, p.8), inovação é:

[...] busca de valor. Valor no sentido amplo do termo. Aumentar os lucros com a venda de novos produtos, melhorar a motivação dos trabalhadores de uma organização e aumentar, assim, a sua produtividade, poupar tempo para outras atividades ou obter maior satisfação no nosso dia a dia. A inovação é, pois, um conceito universal e transversal, aplica-se às empresas, ao Estado e às pessoas em geral. Pode ser introduzida nas organizações, no mercado e na sociedade, sob as mais variadas formas e numa infinidade de situações. É motivada pela necessidade, pelo espírito criativo, pela vontade de fazer diferente, mas visa sempre obter um ganho, que pode ou não ser alcançado. Há, pois, também um componente de incerteza sobre o

resultado da ação que é empreendida, com vista à mudança inovadora. Neste sentido, pode dizer-se que a inovação é algo que sempre foi usado pelo homem, pela sociedade e pela economia.

O modelo de administração pública gerencial implantada no Brasil, em 1995, trouxe à tona a necessidade de inovação nos serviços.

De acordo com Soares (2013, p.2), “em menos de um século, o Brasil experimentou três sistemas distintos de administração pública: o patrimonialismo, a burocracia e a administração gerencial, tendo até hoje aspectos relevantes das primeiras teorias, que em diversas situações são contrárias à inovação.”

No setor hospitalar a inovação na prestação de serviço torna-se crucial devido a sua complexidade e altos custos financeiros em relação a outros serviços ofertados no mercado, além de ser de extrema importância social.

O diferencial entre um hospital e uma empresa é somente a gestão de processos, pois todas as outras atividades que são realizadas, ou deveriam ser realizadas, em qualquer empresa, do ponto de vista gerencial, são praticadas em um hospital, tais como, o conceito de liderança,

o planejamento, o marketing, as relações com a sociedade, a gestão de recursos humanos, a preocupação com os resultados a serem alcançados, os aspectos ligados à informação, são totalmente aplicáveis em qualquer organização (BURMESTER, 2013).

O sistema hospitalar do Brasil é pluralista, ou seja, existem dois sistemas de saúde: o público, denominado Sistema Único de Saúde (SUS), gerenciado de forma tripartida pelos governos Federal, Estadual e Municipal, assegurando o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde; e o sistema privado, conhecido como Sistema de Saúde Suplementar (SSS) em que envolve a operação de planos e seguros privados

Nesse contexto, administrar um hospital é tarefa difícil e exige um alto nível de profissionalização, pois os hospitais envolvem uma gama de serviços e procedimentos muito diversificados, além dos complexos cuidados da área da saúde. Envolvem ainda serviços característicos de outras organizações tais como engenharia, alimentação, lavanderia, hotelaria e suprimentos que têm como fim dar ao paciente as condições mínimas de cuidados e recuperação seja qual for sua enfermidade. Como consequência, para enfrentarem essa

nova conjuntura, os hospitais necessitam inovar nas suas práticas, ser mais flexíveis e com maior adaptabilidade e responsabilidade em relação às necessidades da população, tendo em vista que elas próprias também estão em contínua mudança (TEIXEIRA et al., 2006).

Adotar uma nova abordagem para o crescimento é essencial para promover um clima de inovação no setor hospitalar. Antes a palavra “crescimento”, em qualquer instituição, estava atrelada a crescimento financeiro (receita, PIB etc.). Os ganhos financeiros continuam sendo muito importantes para alavancar qualquer negócio, porém, para resultados positivos de longo prazo outros ativos ou capitais devem ser considerados, tais como: capital de bem-estar, capital cultural e de experiências, capital de democracia e de cidadão, capital ambiental e de recursos naturais, capital humano e intelectual, capital de infraestrutura e capital social (STURESSON et al., 2012).

2.1. O Hospital Universitário do Maranhão

O Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA) localiza-se no município de São

Luís - Maranhão (MA) no Brasil e compreende um complexo hospitalar, composto por treze edificações, cuja área construída é de 42.126,56 m². É um órgão da Administração Pública Federal, que tem por finalidade reunir assistência, ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e afins. É um hospital de ensino certificado pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde, conforme a Portaria Interministerial MEC/MS nº 1000 de 15 de abril de 2004. Por suas características de natureza pública, atende a todos, sem distinção, respeitando os princípios éticos das profissões, integra à estrutura orgânica do Sistema Único de Saúde. É formado por duas grandes unidades hospitalares: Presidente Dutra e Materno Infantil, além de uma unidade ambulatorial na Cidade Universitária da UFMA (Rocha et al., 2014).

O HUUFMA presta seus serviços pautado pela visão, missão e valores abaixo explicitados (HUUFMA, 2014a):

- Visão
Ser reconhecido como referência nacional no âmbito da gestão, assistência, ensino e pesquisa na área da saúde.
- Missão
Formar profissionais da saúde e atender os usuários do SUS com qualidade.

- Valores
1. Respeito ao ser humano e aos seus direitos;
 2. Compromisso com sua função socioambiental na formação profissional e assistência à saúde gratuita, humanitária e solidária;
 3. Ética nas relações pessoais, profissionais e institucionais.

Como política de qualidade: O Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão se compromete em fortalecer a formação pessoal e prestação de serviços na área da saúde, garantindo a sua qualidade, por meio da capacitação constante de seus colaboradores e melhoria contínua do seu Sistema de Gestão da Qualidade, visando sempre à satisfação do usuário (HUUFMA, 2014b).

O HUUFMA é um hospital de referência para os procedimentos de alta complexidade, desenvolvendo ainda, procedimentos de média complexidade e alguns programas estratégicos de atenção básica, integrados à rede do Sistema Único de Saúde, é um centro de ensino e de pesquisa para a formação de profissionais da área de saúde e outras áreas correlatas.

O hospital universitário do Maranhão é referência para tratamento de

algumas especialidades, como nefrologia, entre outras patologias que requerem atendimento mais direcionado. A eficiência na gestão e a qualificação do corpo médico levaram o HUUFMA a números nunca antes alcançados, mensalmente são consultadas cerca de 22 mil pessoas e internados 1.200 pacientes, cerca de 400 residentes aperfeiçoam o aprendizado no Dutra (CAZUMBÁ, 2015).

O quadro 1 mostra as instalações prediais do HUUFMA e a tabela 1 mostra os serviços oferecidos, em 2013. O HUUFMA conta com várias especialidades médicas distribuídas em duas grandes unidades hospitalares, a Unidade Presidente Dutra (UPD) e a Unidade Materno Infantil (UMI), além de uma unidade ambulatorial na Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, para servir a comunidade acadêmica, além de outros dez anexos, que possuem as mais diversas atividades.

São objetivos do Hospital Universitário (HUUFMA, 2014b):

1. Prestar assistência à comunidade na área da saúde em todos os níveis de complexidade em especial na elevada complexidade, de forma universalizada

e igualitária harmonizada com o Sistema Único de Saúde;

2. Ser campo de ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e afins, em estreita relação e sob a orientação das Coordenadorias e dos Departamentos que nele efetivamente atuam;
3. Aprimorar a qualidade acadêmica e científica dos profissionais, contribuindo para o fortalecimento e expansão da pós-graduação.

A capacidade instalada do HUUFMA, considerando salas de atendimento, é de 177 salas, sendo que desse total, 111 (62,7%) são consultórios (Rocha et al., 2014). Por ser um hospital de referência e pela própria precariedade da saúde no Estado do Maranhão, a demanda de atendimento no HUUFMA é muito elevada.

Quadro 1: Instalações Prediais do HUUFMA

Tipo	Nome	Localização
Unidades Hospitalares	Unidade Presidente Dutra (UPD)	Rua Barão de Itapary, nº 227, Centro
	Unidade Materno Infantil (UMI)	Rua Silva Jardim, nº 215, Centro
	Unidade Campus do Bacanga (UCB)	Avenida dos Portugueses, s/n, Centro
	Banco de Tumores do Maranhão (BTMA)	Rua Coelho Neto, nº 311, Centro
Unidades externas	Centro de Prevenção de Doenças Renais (CPDR)	Rua dos Prazeres, nº 83, Centro
	Centro de Pesquisa Clínica (CEPEC)	Rua Almirante Tamandaré, nº 01, Centro

ambulatoriais	Serviço de Urologia e Litotripsia (SUL)	Travessa do Currupira, nº 47, Centro	
	Serviço de Coleta do TAC	Rua Barão de Itapary, nº 282, Centro	
	Assistência ao Paciente Asmático e da Dor (PAPADOR)	Rua Viana Vaz, nº 41, Centro	
	Serviço de Cirurgia Bariátrica (SCB)	Rua da Alegria, nº 193, Centro.	
	Serviço de Dermatologia	Rua das Hortas, nº 239, Centro	
	Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME)	Rua dos Prazeres, nº 81, Centro	
	Centro de Doenças Hepáticas e Endócrinas	Rua das Hortas, nº 114	
	Centro Oftalmológico		
	Prédio Lílian Flores Ambulatórios		

Fonte: Rocha et al. (2014).

Tabela 1: Serviços Oferecidos pelo HUUFMA

Acupuntura - Angiologia	Infectologia
Buco maxilo - facial	Mastologia
Clínica médica	Nefrologia
Cardiologia	Obstetria
Cirurgia geral	Oftalmologia
Cirurgia plástica	Oncologia
Cirurgia torácica	Ortopedia
Clínico da dor	Otorrinolaringologia
Dermatologia	Neurocirurgia
Endocrinologia	Neurologia
Fisiatria	Pediatria
Gastroenterologia	Pneumologia
Geriatria	Proctologia
Ginecologia	Psiquiatria
Hebiatria	Saúde
Hematologia	Reprodutiva
	Urologia

Fonte: Ministério da Educação (2013, p. 9).

Nesse contexto, verifica-se a importância do HUUFMA para o desenvolvimento e consolidação do Sistema

Único de Saúde, pois através de suas práticas são formados profissionais e desenvolvimento tecnológico, destacando, também, o significativo papel que exercem na área da saúde na região nordeste, sendo esta a região do Brasil mais carente em relação ao setor de saúde e mais especificamente ao Estado do Maranhão onde a saúde é precária, como exemplo, o número de leito hospitalar por habitantes era de 1,89, enquanto que no Rio Grande do Sul era de 2,89 (MS, 2011).

2.2. Contratação do HUUFMA com a EBSEH

Os modelos de gestão praticados pelos hospitais universitários são há muitos anos considerados ineficientes, pois verificou-se que essas instituições não estão prestando de maneira adequada os serviços a elas propostos, sofrendo diversas críticas pela população usuária. Percebe-se também um despreparo profissional devido a maioria dos hospitais serem geridos por profissionais da área da saúde, os quais geralmente não tem um “olhar” de gestor administrativo. Nesse sentido, as preocupações e incertezas aumentam devido às dificuldades gerais e da recessão na área da saúde pública em função dos

altos custos de investimentos e operacionais. (BORBA, 2010, p. 46)

Corroborando com esse cenário percebe-se uma forte cultura interna de aversão a mudanças estruturais. Contudo, a necessidade de modernização nas instituições de saúde se torna inevitável, para atender às rápidas e contínuas mudanças das necessidades dos cidadãos e para se adequarem às inovações tecnológicas e de gestão, oferecendo serviços públicos de qualidade à sociedade, pois conforme enfatiza Burmester (2013, p. 136), “as melhorias obtidas no tempo são acompanhadas de melhorias simultâneas em qualidade e produtividade”.

Assim, acentuam-se as pressões sobre as organizações e os gestores do sistema de saúde pela eficiência e eficácia dessas instituições para que se possa iniciar um ciclo efetivo de modernização rompendo a antiga estrutura enrijecida nos hospitais para a construção verdadeiramente da qualidade e a satisfação dos clientes e de seus profissionais.

Segundo relata Campos e Bonassa (2006, p.93):

Nos hospitais é comum a busca da eficiência acabar por gerar retrocessos, já que o caminho percorrido é o do corte constante de custos, sem aumento de produtividade. Como a maior parte dos custos hospitalares refere-se a despesas com pessoal, esses cortes vêm sendo realizados pela dispensa de profissionais, congelamento de contratações, ausência de investimento em capacitação e treinamento ou adoção de relações trabalhistas precárias. Isso termina por acentuar a busca de múltiplos empregos, a utilização do sistema de plantão para diversas categorias profissionais, a discrepância nas formas de contratação dentro de um mesmo hospital e a insatisfação de profissionais e pacientes.

Com o objetivo de modernização da gestão e de inovação nas práticas dos hospitais o Governo Federal implementou várias iniciativas afim de recuperar essas instituições. Uma delas foi a criação do Programa Nacional de Recuperação dos Hospitais Universitários (Rehuf), que apesar de melhorias na gestão da informação e do aumento no financiamento, verificou-se que o referido programa não estava sendo satisfatório para solucionar problemas crônicos como a recomposição da força de trabalho e a ineficiência na gestão, e que alguns hospitais continuavam nas mesmas situações, com poucos avanços na gestão compartilhada, além de dificuldades em alcançar seus objetivos. Como tentativa de solucionar esses problemas, o governo federal, em 2011, após autorização do poder

legislativo, decidiu, de forma inovadora, criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) como estatal vinculada ao Ministério da Educação de direito privado, com patrimônio próprio, sendo seu objetivo o de gerir os quarenta e seis hospitais universitários brasileiros.

A EBSERH, criada pela lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, traz como objetivos de reestruturação dos recursos humanos dois componentes básicos: a recomposição quantitativa do quadro funcional dessas instituições e a proposta de uma mudança de cultura profissional, em termos qualitativos. Os métodos desenvolvidos pelo Rehuf foram repassados para administração pela EBSERH que vem aplicando a metodologia para o dimensionamento de pessoal nos hospitais que fizeram a adesão, além de implementar ações no sentido de garantir a reestruturação física e tecnológica (BARROS, 2014).

Uma das maiores motivações para adesão à EBSERH, além da falta de recursos humanos, procede das recomendações feitas nos acórdãos nº 1.520/2006 e nº 2.813/2009 do Tribunal de Contas da União (TCU) que questionava a realização de concursos públicos, devido ao grande número de

funcionários das fundações de apoio, ocuparem cargos que só poderiam ser ocupados por servidores concursados. Estes acórdãos tratam do modelo de gestão dos hospitais universitários indicando medidas quanto à regularização da mão de obra terceirizada com substituição da força de trabalho oriunda das fundações de apoio, bem como as propostas de gestão para os hospitais de ensino com o objetivo de oferecer à população serviços de saúde mais eficientes e eficazes. Com esses acórdãos o TCU deixa clara a necessidade de mudanças estruturais nos hospitais universitários, sugerindo que estes caminhem em direção a um modelo de gestão gerencial, alinhados a atual realidade da administração pública (BRASIL, 2011).

Como consequência desses acórdãos do TCU verifica-se o alinhamento com os conceitos da reforma gerencial tais como: cumprimento de metas; busca de resultados com o máximo de eficiência; responsabilização dos trabalhadores; transparência nos processos de trabalho; da mão de obra terceirizada e a necessidade do uso de indicadores para medir o cumprimento de metas (ZIGATO, 2015)

Em relação às terceirizações o Decreto-Lei 2.271, de 7 de julho de 1997, regula as mesmas e especifica as atividades que podem ou não ser passíveis de execução indireta. Consta no *caput* do artigo 1º e os parágrafos 1º e 2º a seguinte explicação:

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais, acessórios, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.

Parágrafo 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

Parágrafo 2º Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito quadro geral de pessoal. (BRASIL, 1997)

Caso as decisões do TCU fossem postas em prática o *déficit* de pessoal nos hospitais universitários se agravaria ainda mais com a saída dos profissionais temporários das fundações de apoio. A EBSEH vem com uma proposta de reestruturação, dimensionamento, legalização e valorização da força de trabalho, a qual será composta por:

servidores públicos que serão cedidos à EBSEH pelo Regime Jurídico Único (RJU); os celetistas contratados pela EBSEH via concurso público e terceirizações que porventura poderão ocorrer.

A finalidade da empresa está descrita no artigo 3º da Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011:

A EBSEH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e a extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária (Brasil, 2011).

A Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, descreve em seu artigo 1º, *caput*, sobre a autorização do Poder Executivo a criar empresa pública unipessoal, denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação, com prazo de duração indeterminado (Brasil, 2011).

Os §§ 1º e 2º, dessa mesma lei, acrescentam que a EBSEH terá sede e foro

em Brasília, Distrito Federal, e poderá manter escritórios, representações, dependências e filiais em outras unidades da federação e está autorizada a criar subsidiárias para o desenvolvimento de atividades inerentes ao seu objeto social, com as mesmas características da sede. Com isso, a empresa passa a ser o órgão do MEC responsável pela gestão do Programa de Reestruturação e que, por meio de contrato firmado com as universidades federais que assim optarem, atuará no sentido de modernizar a gestão dos hospitais universitários federais, preservando e reforçando o papel estratégico desempenhado por essas unidades de centro de formação de profissionais na área da saúde e de prestação de assistência à saúde da população integralmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como finalidade dar prosseguimento ao processo de recuperação dos hospitais universitários federais (EBSEH, 2016a).

No prosseguimento das suas atividades a EBSEH (2016b) definiu assim a sua visão, missão e valores:

Visão: ser referência na gestão de Hospitais Públicos.

Missão: aprimorar permanentemente a gestão dos Hospitais Universitários Federais para prestarem atenção de

qualidade à saúde no âmbito do SUS e fornecerem um cenário de prática adequado ao ensino e pesquisa para docentes e discentes.

Valores: indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; qualidade e humanização no atendimento aos usuários do SUS; inovação tecnológica; auto-sustentabilidade econômica; eficiência em gestão; valorização dos seus profissionais; construção coletiva de diretrizes e metas; sustentabilidade ambiental; transparência nas ações administrativas, assistenciais e educacionais; ética profissional.

A forma de administração proposta pela EBSEH é mais gerencial, baseada em planejamento das ações e no uso de indicadores, a fim de mensurar os objetivos e metas a serem alcançados; valorização profissional, com ofertas de remunerações que correspondam às responsabilidades dos cargos, a fim de atrair bons profissionais e mantê-los na instituição; inovações do parque tecnológico com ferramentas que facilitem o trabalho do dia a dia, e aparelhos hospitalares mais sofisticados.

O ponto de partida para adesão à EBSEH é determinado pela assinatura do termo de adesão com a Universidade Federal. Em seguida, é feito o diagnóstico das reais necessidades, físicas, tecnológicas e de pessoal dos hospitais universitários, para posterior realização de concurso público. Depois de realizado o levantamento do

diagnóstico, são estabelecidas as metas para o hospital e assinatura do contrato. Em seguida, há a definição da equipe de governança, treinamento da equipe e elaboração do Plano Diretor Estratégico, no qual serão analisados os problemas, suas causas e estratégias para solucioná-los.

O Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão foi um dos primeiros hospitais que assinou contrato com a EBSEH, isso ocorreu em 17 de janeiro de 2013. Essa parceria era vista como uma solução para as dificuldades enfrentadas pela falta de recomposição do seu quadro de pessoal e da sobrecarga de trabalho que os hospitais universitários enfrentavam devido à rede básica de saúde ser muito deficitária no Estado do Maranhão. Para tanto foram sendo substituídos, gradualmente, os funcionários da Fundação Josué Montello (FJM) por servidores contratados via concurso público. No mês de maio de 2014, o HUUFMA totalizava 2.978 servidores, sendo a maioria 1.220 (41,0%) vinculada a FJM, enquanto o quantitativo de trabalhadores do MEC e MS era de 642 (21,5%). Hoje somam trinta e nove hospitais universitários que aderiram do total de quarenta e seis hospitais universitários em todo o Brasil, pois a

adesão não é obrigatória. (HUUFMA, 2014b).

Ao longo dos anos (2013-2018), perceberam-se significativas melhorias e inovações nas seguintes áreas: na área de gestão da informação, atendimento ao usuário/cidadão, avaliação de desempenho e controle de resultados, gestão de processos, gestão de recursos humanos, planejamento e desenvolvimento organizacional.

Percebe-se ao longo dos anos a mudança de cultura organizacional, pois a EBSEH trouxe como meta a desburocratização das práticas administrativas, promovendo profundas mudanças nos processos administrativos, descentralizando atividades de forma a torná-las mais transparentes, eficazes com foco na qualidade e melhoria de desempenho.

Houve fortalecimento na área tecnológica e física com a aquisição de novos equipamentos e iniciadas reformas prediais. Tais equipamentos têm proporcionado uma contínua melhoria das condições de trabalho, impactando diretamente na qualidade dos serviços que o hospital oferece à população, pois a tecnologia é um

fator decisivo na inovação e desenvolvimento dos serviços hospitalares.

Na área administrativa, houve a criação de vários setores, unidades e divisões, cujos cargos de direção foram ocupados por pessoas selecionadas por um comitê composto por membros da Diretoria Executiva da EBSEH, além da mudança do cargo de Diretor Geral para Superintendente como o maior cargo executivo do HUUFMA. Este foi selecionado a partir de análise curricular que comprove qualificação para o atendimento das competências específicas, pois, o novo modelo de gestão proposto pela EBSEH segue um padrão organizacional administrativo e assistencial. Por consequência todos os hospitais que contratarem com a empresa passarão a seguir esses padrões. Como exemplo no HUUFMA, tem-se a área administrativa que sofreu reestruturação em sua organização com a criação do Setor de Administração vinculado à Divisão Administrativa e Financeira, que, por sua vez, está vinculada à Gerência Administrativa. Essa reestruturação envolveu também o fluxo processual com a alteração das atividades de compras e contratações de bens e serviços por meio de padronização, planejamento e normatização dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crescente representatividade do setor público na economia nacional é necessário implantar políticas e estratégias inovadoras para prestação de serviços públicos de forma sustentável, de longo prazo, garantindo a sua qualidade, a diminuição dos custos, a modernização da máquina pública e tornar-se uma instituição mais transparente e democrática perante o cidadão, pois com o avanço tecnológico e das comunicações aumentam as expectativas relativas às ações estatais por maior eficiência nas suas prestações de serviços, acirrando-se as discussões sobre a busca de soluções inovadoras para melhoria da máquina pública.

No setor hospitalar, a busca por práticas inovadoras não é diferente. Por ser um ambiente considerado complexo, que lida com o cuidado e o atendimento de parcela considerável da comunidade, é fundamental a criação de estratégias inovadoras que visem aprimorar as atividades desenvolvidas como um todo. Isto facilitará uma interação, comprometimento e a colaboração entre todos que integram o hospital, além de

maior eficiência em suas práticas administrativas, tendo como objetivo o de garantir ao doente as condições necessárias para que sua recuperação seja alcançada com o máximo de conforto em um tempo mínimo possível de permanência no hospital.

O HUUFMA, objeto deste trabalho, assim como outros hospitais universitários, vêm desde 1990 passando por momentos de crise financeira, escassez de pessoal e gestão pouco qualificada. No sentido de mudar esse quadro o governo federal, em 2003, iniciou políticas para recuperar essas instituições, com destaque para a criação do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf). Apesar das inovações no parque tecnológico e na adequação das estruturas físicas desses hospitais, a falta de qualidade na gestão e falta de mão de obra continuava assolando os mesmos.

A alternativa para redução do impasse relativo ao déficit de recursos humano foi a contratação de trabalhadores terceirizados através de fundações de apoio, situação muito questionada pelo Tribunal de Contas da União, o qual sugeriu através do acórdão nº 1.520/2006, a realização de

concurso público sob vínculo do Regime Jurídico Único, para tanto deu um prazo de quatro anos para os hospitais se regularizarem.

A solução encontrada pelo governo federal foi a criação de uma empresa pública que além de gerenciar os hospitais universitários, assumiria a coordenação do programa Rehuf. Nesses termos criou-se a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares através da lei 12.550/2011.

O Hospital Universitário do Maranhão foi um dos primeiros que assinaram contrato com a EBSERH. Percebeu-se que ao longo dos anos (2013-2017), apesar de ser algo novo e muito questionado pela sociedade e sindicatos, houve muitos aspectos positivos com a nova gestão, tais como a implementação de ações mais planejadas, valorização dos trabalhadores, legalização do quadro de pessoal em conformidade com as recomendações do TCU, padronização dos instrumentos de gestão, maior controle sobre o consumo dos insumos, maior profissionalismo na condução dos processos e a cultura da inovação sendo implementada em todos os seguimentos dos hospitais.

Concluimos que era imprescindível a introdução de um novo modelo de gestão para estas instituições deixando para trás o modelo arcaico e centralizado em que as mesmas se encontravam, pois, com a crise em que se encontra o nosso país as instituições precisam estar se reinventar para sua própria sobrevivência.

Por fim, sendo este tema extremamente atual, complexo e com pouca bibliografia, necessita ser mais investigado. Para tanto, torna-se importantíssimo a realização de pesquisas futuras com o objetivo de levantar novos elementos conforme a realidade vivenciada pelos hospitais universitários no intuito de avaliar o novo modelo de gestão implantado.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. T. (2014). **Empresa brasileira de serviços hospitalares: uma análise sobre sua gestão no contexto institucional do hospital das clínicas da UFPE**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- BORBA, V. R. (2010). **Do planejamento ao controle de gestão hospitalar**. São Paulo: Qualitymark.
- BRASIL (1997). Casa Civil. Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997. Dispõe sobre a contratação de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Brasília. Recuperado em 13 outubro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dec reto/d2271.htm.

BRASIL (2010). Casa Civil. Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010. *Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF dispõe sobre o financiamento compartilhado dos hospitais universitários federais entre as áreas da educação e da as´de e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais*. Brasília. Recuperado em 15 julho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_At o2007-2010/2010/Decreto/D7082.htm.

BRASIL. (2011). Casa Civil. Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011. *Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – (EBSERH)*. Brasília, 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_a to2011-2014/2011/Lei/L12550.htm. Acesso em 20 mar 2015.

BURMESTER, H. (2013). *Gestão da qualidade hospitalar*. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva.

CAMPOS, C. V. A. & Bonassa, E. C. (2006). *O novo paradigma da gestão de pessoas*. In: Gonçalves, E. L. (Org.). *Gestão hospitalar: administrando o hospital moderno*. São Paulo: Saraiva, pp. 92-109.

CAZUMBÁ (2015). *Gestão eficiente voltada para boas práticas ambientais no hospital universitário*. *Jornal Turístico e Cultural do Maranhão*. São Luís, ano XIII, nº 125.

COUTINHO, N. P. S. (2004). *Contratualização dos hospitais universitários*. Recuperado em 28 junho, 2016, de http://www.ebserh.gov.br/documents/16 424/491465/Revista_HU_Volume_5_2-

[3_Maio_Dez_2004.pdf/026d34b0-85cf-4d19-b8a7-6d050d212169](http://www.ebserh.gov.br/documents/16 424/491465/Revista_HU_Volume_5_2-3_Maio_Dez_2004.pdf).

Empresa Brasileira de serviços Hospitalares (EBSERH) (2016a). *História*. Recuperado em 28 junho, 2016, de <http://www.ebserh.gov.br/web/porta l-ebserh/historia>.

Empresa Brasileira de serviços Hospitalares (EBSERH) (2016b). *Auditoria: avaliação mostra evolução da maturidade do ambiente de governança do HU-UFMA*. Recuperado em 05 janeiro, 2017, de http://www.ebserh.gov.br/web/hu-ufma/noticias/- /asset_publisher/s7KDTvaBNPtX/con tent/id/1655735/2016-12-avaliacao- mostra-evolucao-da-maturidade-do- ambiente-de-governanca-do-hu-ufma.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa*. Recuperado em 28 de novembro, 2016, de <https://ayanrafael.files.wordpress.com/20 11/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de- pesquisa-social.pdf>.

HUUFMA (2014a). *História do Hospital Universitário do Maranhão*. Recuperado em 23 julho, 2014, de http://www.huufma.br/site/estaticas/mo stra_estat.php?id=2#.U9JfKEAX7Fw.

HUUFMA (2014b). *O hospital*. Recuperado em 20 agosto, 2014, de http://www.huufma.br/site/estaticas/mo stra_estat.php?id=70#.WIkbyVMrLhk.

Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE). Recuperado em 23 julho, 2016, de <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil. php?lang=&sigla=ma>.

MADUREIRA, L., Gamito, T. M., Ferreira, D. & Portela, J. (2013). *Inovação em Portugal rural: detetar, medir e valorizar*. Parede: Príncipia Editora.

Ministério da Educação. (2013). *Anexo I - Plano de reestruturação hospital universitário da universidade federal do Maranhão*. Recuperado em 20 setembro, 2016, de http://www.ebserh.gov.br/documents/15796/101728/anexo_1_plano_reestruturacao_ufma.pdf/1add28c2-0b22-41c4-9f15-8c9ef3372b40.

Ministério da Saúde (2011). *Indicadores e dados básicos – Brasil – 2011*. Recuperado em 26 junho, 2016, de <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2011/e01.def>.

Ministério da Saúde. (2003). *Gestão Financeira do Sistema Único de Saúde: manual básico*. Brasília: Ministério da Saúde.

Rocha, A. E., Cantanhede, J. D. N, Lages, J. S., Tostes, O. T., Nunes, P. C, Correa, R. G. C. F, Sousa, S. H. C & Marques, S. G. (2014). *Plano Diretor Estratégico do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (PDE/HUUFMA)*. São Paulo.

Soares, A.V. A. (2013). *Inovação no setor público: obstáculos e alternativas*. Recuperado em 13 fevereiro, 2016, de http://www.administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academic_ics_2395_201002281826364cef.pdf.

Sturesson, J., Owman, L. & Lidé, S. (2012). *Construindo o governo no século XXI*. In: Dubois, R. & Lins, J. (Orgs.). *Inovação na gestão pública*. São Paulo: Saint Paul Editora, pp. 19-53.

Teixeira, J. M. C., Fernandes, A. M. S., Bonato, V. L. & Fernandes, J. A. (2006).

Planejamento estratégico e operacional em saúde. In: Gonçalves, E. L (Org.). *Gestão hospitalar: administrando o hospital moderno*. São Paulo: Saraiva, pp. 38-56.

ZIGATO, J. O. (2015). A implantação da empresa brasileira de serviços hospitalares (EBSERH) no hospital universitário da universidade federal de Juiz de Fora (HU-UFJF): dilemas presentes e perspectivas futuras. Recuperado em 28 outubro, 2017, de <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1128/1/jhonyoliveirazigato.pdf>.

IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Regina do C. M. da Silva⁴

RESUMO

A formação de professores, em todos os seus campos e manifestações, é certamente um dos componentes pedagógicos e curriculares mais significativos no campo da educação. Este artigo trata de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa que procurou apontar como objetivo fornecer algumas ideias, com base em nossas experiências específicas de prática e pesquisa ligadas à formação de professores. O estudo apontou que o professor constitui a espinha dorsal da prática educacional em qualquer sociedade e sistema educacional, uma vez que tem a responsabilidade máxima pelo desenvolvimento integral da disciplina, a maior ênfase no que diz respeito aos processos de enculturação e socialização das pessoas nas sociedades modernas de hoje, mas essencialmente no compromisso de contribuir significativamente para a formação geral básica, intradisciplinar, interdisciplinar, metódico, investigativo, científico, ético, político, eficaz e prático de crianças, jovens, adolescentes e adultos em geral. Esse comprometimento é muito importante como tarefa e responsabilidade, pois exige, sem dúvida, de uma excelente formação inicial, contínua e permanente e nos múltiplos campos direta e indiretamente relacionados à educação, disciplinas, específicos e referenciais, pedagogia e didática.

Palavras-chave: formação de professores, formação, professor.

1. INTRODUÇÃO

Aspectos fundamentais preliminares em muitos países implementaram, nos últimos anos, importantes processos de mudança educacional, sendo um dos componentes fundamentais da formação de professores em suas diversas manifestações: formação inicial, contínuo e atualização. Este trabalho normalmente está sob a responsabilidade de universidades pedagógicas, centros e institutos de formação de professores, escolas de ensino superior para professores, universidades públicas ou privadas convencionais e, em alguns casos, outras instituições de ensino superior. Da mesma forma, as pesquisas no campo da formação de professores também aumentaram nos últimos anos. Esta pesquisa ocorre basicamente em duas direções; por um lado, pesquisa sobre o trabalho docente e, em segundo lugar, pesquisa sobre a própria prática docente. Para isso, no entanto, teríamos que adicionar mais dois

Licenciatura em Pedagogia, Bacharel em Direito,
⁴Mestrado em Ciência da Educação, Doutorado em
 Ciência da Educação.

componentes, ligados à relação professor-pesquisa-treinamento-prática. O terceiro componente, portanto, tem a ver com o desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem orientados à pesquisa, o que permite que os professores estejam permanentemente vinculados à pesquisa, principalmente em relação ao desenvolvimento do processo didático. O último e o quarto componente se referem ao vínculo e à ação dos professores com outros campos da ciência.

No entanto, os últimos avanços no campo da formação de professores, baseados essencialmente na sistematização de boas práticas, mas também no campo de estudos comparativos internacionais, onde a ênfase foi colocada na formação inicial contínua e na atualização de professores (TARDIF, 2003), permitem construir um conjunto importante de novas ideias para a formação geral básica, disciplinar, metódica-investigativa e interdisciplinar de professores, que constituem diretrizes básicas para a formação em todas as áreas de nossos sistemas educacionais.

Uma educação realmente eficaz e de alta qualidade para a formação de professores em geral, dentro da estrutura do

que significa formação e atualização contínua de professores, é realmente uma chave fundamental para a educação, em termos gerais, de nossos alunos. Crianças, jovens e adolescentes, mas também para educação de adultos. Em praticamente todos os nossos países, a formação e a atualização de professores em vários campos dos sistemas educacionais foram projetadas, implementadas e avaliadas (em parte). Algumas das características básicas desses planos de capacitação consistem em enfatizar as práticas concretas em que os professores trabalham, concentrando a prática pedagógica e didática em situações problemáticas em contextos reais (SCHÖN, 2000).

Obviamente, nem todas essas boas intenções, exigências de realidades concretas e recomendações de estudos nacionais e internacionais no campo da formação de professores são alcançáveis a curto e médio prazo. As políticas e ações específicas implementadas em vários países também não apontam na direção certa ou alcançam os resultados desejados. Daí a importância da implementação e desenvolvimento de processos de avaliação contínua, processo, resultados parciais e finais, mas também a incorporação de

formas inovadoras altamente participativas e progressivas. Um dos problemas fundamentais que, sem dúvida, impede profundas mudanças na ação e no pensamento dos professores, tem a ver com o divórcio, muitas vezes criticado, da teoria e da prática, pois na maioria dos casos eles estão desconectados. Essa falta de relacionamento se manifesta em várias dimensões, que vão do exercício prático pedagógico-didático às interconexões de níveis, graus ou campos educacionais.

Tanto as orientações pedagógico-didáticas determinadas pelas políticas de cada Estado soberano quanto os correspondentes princípios curriculares centralizados e descentralizados estão direta e indiretamente relacionados à formação de professores. A orientação desta formação com base nas potencialidades (PERRENOUD, 1993 e PIMENTA, 2002). A esses importantes componentes pedagógicos, didáticos e curriculares, referentes à formação de professores, que devemos acrescentar o debate sobre garantia de qualidade da formação e de suas próprias práticas, dentro e fora da escola. Este artigo portanto, tem como objetivo fornecer algumas ideias, com base em nossas experiências específicas de prática e

pesquisa ligadas à formação de professores fazendo duas grandes abordagens fundamentais, por um lado, um conjunto de diretrizes básicas no campo da formação de professores e, em segundo lugar, uma ideia pedagógica básica e didática baseada no princípio do ensino e aprendizagem com qualidade

2. IMPORTÂNCIA DOS PROFESSORES DE FORMAÇÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Nos últimos anos, em nosso país foi imerso em uma série de reformas que buscam desenvolvimento social, econômico e educacional. Destacando a reforma educacional que busca colmatar essas lacunas de produtividade e qualidade de vida em relação aos países em desenvolvimento. Pelo que é urgente a formação e atualização dos professores, pois sem melhores professores, não será possível mudar a educação no País, porque somos atores permanentes do processo de ensino realizado nas instituições de ensino (SAVIANI, 2008).

O trabalho do professor segundo Arroyo (2000) é essencial para que os alunos aprendam e transcendam até os obstáculos materiais e atrasados que enfrentam, devido

à falta de habilidades para desenvolver estudos relacionados às tecnologias, pois muitos professores ficam angustiados por terem que incorporar as TICs na aula; Porém, esse processo não pode mais ser revertido, pois deve ser enfrentado para evoluir para as constantes mudanças que enfrentamos na educação. Essas mudanças não podem passar da noite para o dia, é uma questão de atitude, tempo, paciência e vontade, uma vez que isso leva tempo. Para isso o autor discorre que:

[...] a formação é um processo de vital importância dentro de qualquer organização, empresa e instituição, independentemente do negócio ou setor ao qual eles pertencem, pois permite a melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos ao mercado, reduz ciclo de produção, tempo de treinamento, taxa de acidentes, redução de manutenção de tecnologia e máquinas, entre outros aspectos (ARROYO, 2000, p.54).

Conforme o autor, essa ação voltada para o aumento das habilidades e conhecimentos do trabalhador, a fim de prepará-lo para executar com eficiência uma unidade de trabalho específica e impessoal contribui também com a melhoria da qualidade da aprendizagem do aluno.

Em seu trabalho, Alarcão (1993) menciona que formação é um processo, pois é formado por uma série de etapas que facilitam o desenvolvimento do

conhecimento, melhoram suas habilidades e comportamentos, executar o trabalho confiando, oferecendo oportunidades de crescimento dentro do espaço de trabalho. A formação deve ser vista pelo formando que não está apenas embebido de conhecimento, mas também que ele aprecia a transformação de sua atitude, para que possa ser mais eficiente no trabalho que está realizando.

Segundo Alarcão (1993) define o processo de formação como:

[...] O processo de aprendizagem que uma pessoa passa para obter e desenvolver a concepção de ideias abstratas através da aplicação de processos e teoria mentais para tomar decisões que não são do programa, a formação é destinada a níveis mais altos dele (ALARCÃO, 1993, p. 49).

Com base no exposto, este ensaio enfoca a importância da formação em instituições de ensino, este processo é vital nas organizações que oferecem o serviço de educação, pois permitirá definitivamente o desenvolvimento e a otimização de competências educacionais, fornece um sólido compromisso teórico, operacional e ético-social que apoie uma educação de qualidade.

Para Nóvoa (2003), a educação tem como missão essencial a formação de profissionais altamente capacitados, que

atuam como cidadãos responsáveis, competentes e comprometidos com o desenvolvimento social; isso implica que o processo de capacitação de professores de qualquer nível educacional esteja repleto de conhecimentos e habilidades abrangentes que permita cumprir as funções que sua profissão exige; por esse motivo, formação não é outra ferramenta para atender às necessidades dos alunos; é uma obrigação que deve ser praticada em qualquer instituição de ensino.

Moraes (2006) explica que a formação de professores é um desafio que o governo deve enfrentar diante de novos desafios e desenvolvimentos experimentados no mundo científico tecnológico. Por isso, a formação de novos conhecimentos e a adaptação à tecnologia é um caminho estratégico que o professor desses tempos deve assumir como ferramenta fundamental para absorver as mudanças e transformações vivenciadas na área educacional.

A tarefa do professor é tão complexa que requer domínio das estratégias pedagógicas que facilitam seu desempenho no ensino. Portanto, o processo de aprender a ensinar é necessário para entender melhor o ensino e apreciá-lo.

Conforme discorre Vasconcelos (2000), a formação para o professor é uma parte muito importante da educação, porque há desafios para este profissional todos os dias e é muito importante que ele tenha as ferramentas necessárias para poder dar-lhes uma solução, o professor tem a responsabilidade de buscar se capacitar para poder formar seus alunos em todos os seus aspectos e, se não tiver o conhecimento necessário, não será capaz de transmitir conhecimento aos alunos; é por isso deve conhecer perfeitamente o conteúdo do ensino para saber o que é ensinado e como ensiná-lo, porque, se não forem utilizadas as estratégias indicadas com os alunos, o processo de ensino-aprendizagem pode ser perdido.

No entanto, é uma realidade que muitas instituições de ensino de nosso país tenham formação de acordo com as mudanças tecnológicas educacionais para poder transmitir um processo adequado de ensino-aprendizagem.

É essencial refletir sobre o processo de formação nessas instituições, para determinar que ele deve ser fundamental na teoria e na prática, com uma visão em que, o que importa é a atualização do professor e

sua capacitação contínua em congruência com os contextos socioculturais do presente.

Nas instituições de ensino do País, especificamente nos níveis médio e superior, os professores são profissionais provenientes de diferentes áreas de preparação, que ingressam no ensino por convicção pessoal ou como um ambiente de trabalho viável para se desenvolver no campo produtivo. O exposto acima é evidenciado porque, apesar da boa preparação profissional, o nível de aprendizado dos alunos é limitado, causando notas baixas, desânimo, aborrecimento e até a desistência da instituição educacional.

Portanto, é necessário promover uma transformação por parte das unidades de ensino, em relação à formação pedagógica e nas condições ideais para que o professor possa realizar a formação de jovens estudantes, não apenas como profissionais, mas como seres humanos com valores e princípios tão necessários em nosso tempo.

Para Pimenta (2000) nas diferentes instituições de ensino deve abranger as necessidades de formação elementar para a realização de boas práticas de ensino, uma

vez que têm impacto no desenvolvimento educacional do aluno. Essa é a verdadeira importância da realização do serviço educacional, que representa o principal motivo de uma boa formação nas instituições dessa linha.

Normalmente, uma boa formação de professores deve incluir algumas áreas gerais de competência, consistentes com a ideia de que o professor apoia o aluno na construção de conhecimento, cresce como pessoa e é um ator crítico em seu ambiente.

Essas áreas de competência são, antes de tudo, o conhecimento teórico profundo e relevante o suficiente sobre aprendizado, desenvolvimento e comportamento humano, bem como a exibição de valores e atitudes que promovem o aprendizado e as relações humanas genuínas, dominando os conteúdos e as disciplinas ensinadas, controlando estratégias de ensino que facilitam a aprendizagem do aluno.

Outro aspecto importante colocado pela UNESCO (2004) são definitivamente:

[...] as inovações tecnológicas educacionais, como videoconferência, e-mail e Internet, como ferramentas de ensino-aprendizagem para as quais os professores devem estar em constante

formação, pois constituem um dos desafios que enfrentamos diante das demandas da sociedade do conhecimento. A questão é: os professores estão preparados para isso? A coisa certa está sendo feita para garantir a formação adequada dos professores? Além da gestão instrumental básica das TIC, os professores precisam melhorar e enriquecer as oportunidades de aprender a ensinar seus alunos significativamente com o apoio dessas tecnologias (UNESCO, 2004, p.5)

Independentemente do objetivo dos diferentes processos de formação que podem ser realizados nas instituições de ensino, pode servir para reforçar, se aplicável, as diretrizes em relação à política ou regulamentação educacional atual, além de otimizar a capacidade de desenvolver planos e projetos para o desenvolvimento de diferentes métodos e técnicas de planejamento e ensino educacional; por outro lado, desenvolver a capacidade de organização, gestão e otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais da instituição de ensino.

Por outro lado, pode desenvolver a capacidade executiva de conduzir instituições educacionais de maneira eficaz e coerente, em um ambiente de cooperação, ética profissional e alto senso de serviço comunitário, promovendo um clima institucional adequado e a prática de valores.

Permitirá também o desenvolvimento de capacidades de liderança, incorporando novos conhecimentos, estilos e técnicas organizacionais que promovam mudanças institucionais que visam fortalecer a autonomia das instituições de ensino.

Continuando com esta lista de benefícios, a capacitação em instituições educacionais permitirá monitorar o trabalho gerencial e educacional orientado à identidade da instituição educacional.

Em outra ordem de ideias, Arroyo (2000) coloca que:

[...] a obsolência de, também é uma das razões pelas quais as instituições de ensino devem se preocupar em treinar seus professores, pois busca atualizar seus conhecimentos com novas técnicas e métodos de trabalho que garantam eficiência (ARROYO, 2000, p. 78).

Para organizações educacionais, a formação deve ser de vital importância, pois contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos e, ao mesmo tempo, resulta em benefícios para ele. A formação em todos os níveis é um dos melhores investimentos e uma das principais fontes de bem-estar dos funcionários e da organização.

Para Freire (2000), os saberes necessários para a formação em

organizações educacionais são essenciais para atender às necessidades e expectativas de seus clientes (alunos e pais), pois oferece um serviço de qualidade com professores que apresentam as habilidades e conhecimentos necessários para realizar. O processo de ensino-aprendizagem fará com que os alunos vejam seu desenvolvimento profissional como um desejo de autoaperfeiçoamento, melhoria da qualidade de vida e melhores oportunidades de emprego, ou seja, um professor bem capacitado é um sinal de alunos bem preparados.

Por fim, de maneira geral, a capacitação beneficia as organizações principalmente por levar a maior lucratividade e atitudes mais positivas, melhorando o conhecimento do trabalho em todos os níveis, criando uma imagem melhor, melhorando o relacionamento subordinado, promovendo a comunicação. em toda a organização, reduz a tensão e permite o gerenciamento de áreas de conflito, agiliza a tomada de decisões e a solução de problemas, promove o desenvolvimento com vistas à promoção e contribui para a formação de líderes como coloca Demo (2007):

[...] Da mesma forma, há benefícios para o talento humano, ajuda o indivíduo a tomar decisões e resolver problemas, alimenta confiança, posição assertiva e desenvolvimento, contribui positivamente para a gestão de conflitos e tensões, para que a educação seja de qualidade em nosso país, é necessária a transformação do sistema educacional, o que torna necessária uma nova reconfiguração do papel do professor; onde a formação de professores ocorre ao longo de sua vida profissional.

Para isso, é necessário o apoio das autoridades educacionais, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento dos principais atores do processo de ensino, onde há acesso a recursos pedagógicos, para a formação não apenas no campo pedagógico, mas também no campo disciplinar. trabalhar de forma planejada e atualizada, sempre buscando a aprendizagem do aluno.

A formação segundo Perrenoud (2003), deve aproveitar o potencial das tecnologias com a intenção de preencher todas as lacunas que surgem no desempenho dos professores em sala de aula, para as quais as instituições de ensino devem ter planos de formação que incluem atualizações contínuas e adequadas que permitir que os professores acessem promoções para melhorar sua qualidade de vida. Tudo isso levará os professores à transformação do trabalho em sala de aula,

implementando técnicas inovadoras de ensino, promovendo ambientes e materiais de aprendizagem de acordo com as demandas do mundo em que vivemos.

2.1. Algumas diretrizes básicas para a formação de professores

A formação de professores, em todas as suas conotações e manifestações, tem sido, com muita frequência, sujeita a várias influências, sugestões e pressões de alguns setores socioeconômicos, mas também educacionais; no entanto, é necessário maior apoio para todas as atividades realizadas por professores em geral em cada uma de suas atividades pedagógicas e didáticas dentro e fora das salas de aula da escola. Nesse sentido, consideramos muito importante destacar algumas diretrizes a seguir, que são o produto da sistematização de boas práticas e, é claro, das reflexões teóricas relacionadas aos temas da formação de professores.

2.1.1. Apoio aos alunos como a essência da prática de ensino

A tarefa principal e fundamental de qualquer atividade de ensino consiste, sem dúvida, em contribuir decisivamente para a educação e formação dos alunos. Sua

atividade é essencialmente focada no trabalho escolar sóciocomunitário, produtivo, de pesquisa e transformação nas salas de aula, centros educacionais comunitários autônomos e outros locais de aprendizado e ensino. Essa abordagem educacional também define, em grande parte, a formação integral de cada um dos professores comprometidos com a educação transformadora e emancipatória de cada um de nossos povos. De acordo com nossa experiência como professora e pesquisadora nesse campo, os professores precisam reunir um conjunto de potencial para ensinar de maneira crítica, construtiva e altamente produtiva.

2.2.2. O professor como modelo e guia do processo educacional

A mudança conceitual e prática que está ocorrendo atualmente em nossos sistemas educacionais ainda não está suficientemente refletida nas práticas de ensino, por um lado, mas também no processo de formação inicial, contínua e permanente de professores.

Para Pimenta (2002), o novo papel dos professores, que vai além de uma simples ação facilitadora de atividades e habilidades, requer níveis mais altos de

formação e participação, uma vez que o professor como guia central dos processos educacionais se torna um modelo a ser copiado para grande parte dos estudantes. Este tem sido o caso desde tempos imemoriais em cada uma das culturas. O professor sempre estabelecerá relações para a troca de ideias, experiências dialógicas, com seus alunos em qualquer espaço e escopo do sistema educacional. A mudança de paradigma educacional também exige uma mudança de atitude e aptidão dos professores, cujas consequências serão decisivas para a transformação da escola e, com ela, da sociedade.

2.3. Formação de professores em termos de qualidade e compromisso social

Embora as políticas educacionais de cada um de nossos países sejam protegidas e normativamente baseadas em um conjunto de leis, decretos, regulamentos e disposições legais, que estabelecem os deveres, objetivos e exigências de cada Estado em relação à educação, no ensino, em sua qualidade e no compromisso com os mais altos valores da sociedade, a formação de professores é, em última análise, determinada por um conjunto de forças que escapam, em muitos

casos, de tais padrões estaduais (PERRENOUD, 2003).

Portanto, Schön (2000) coloca que a formação de professores em termos de qualidade e comprometimento social está sujeita ao que acontece no mundo da teoria e da prática, nos centros de formação de professores, de atualização permanente e, especialmente, onde ocorrem práticas educacionais. Além da padronização da formação científica, pedagógica e didática, com altos níveis de qualidade e relevância social, também é necessária uma excelente formação ética e sócio-política de cada professor, que deve estar comprometido com as causas mais justas da sociedade.

Obviamente, as orientações, os propósitos, os princípios e as normas que caracterizam qualquer sistema educacional em termos de formação de professores, segundo Pimenta (2002) devem responder a critérios de qualidade, significado e pertencimento sócio-político; sua aplicação e implementação devem ser acompanhadas de processos contínuos de avaliação participativa, que resultarão em processos de melhoria contínua das práticas, pensamento, representações e conhecimento

dos professores e, em última análise, daqueles alunos.

Para Saviani (2008), certamente, os currículos nacionais e descentralizados de nossos países estão constantemente mudando e evoluindo:

[...] Da mesma forma, currículos e programas passam por um processo de transformação contínua, especialmente aqueles que são determinados pelas realidades e contextos locais e globais que devem caracterizar a pedagogia e o ensino libertadores. (SAVIANI, 2008, p.97).

Segundo as colocações do autor, tudo isso, no entanto, deve ser incorporado a altos níveis de relevância social, econômica, cultural, política, tecnológica e científica, o que obviamente confere a capacitação de professores uma conotação qualitativa totalmente diferente da convencional, cuja orientação consiste no puro conhecimento e desempenho da disciplina científica.

Tardif (2003), explica que uma das tarefas da educação também deve ser a de vincular os processos de ensino-aprendizagem e os estudantes no mundo do trabalho, produção e tarefas práticas, sem descuidar os processos teóricos e abstratos de cada disciplina

Vasconcelos (2000) fala que uma tarefa básica de todo professor, professor é a preparação e orientação para uma sociedade determinada pelo trabalho e pela produção. Esse objetivo não pode ser alcançado apenas com o discurso teórico da escola convencional, é necessário expandir a tarefa prática do professor em direção a atividades mais práticas e produtivas. Isso deve ser fornecido por meio de uma educação sócio-comunitária e produtiva mais autêntica, real, contextual e socialmente significativa.

Para Pimenta (2002), normalmente, estamos acostumados a estabelecer e seguir indicações normativas sobre educação e, em particular, na formação de professores com base em pesquisas externas de processos e práticas educacionais. Embora esses padrões tenham a marca da pesquisa científica educacional, é necessário o fortalecimento da excelência da formação de professores, desde a investigação de práticas educacionais até a pesquisa-ação participativa. Isso nos permitirá implementar modelos e projetos inovadores, mas também transformar, através de pesquisas, as realidades concretas da prática pedagógica e didática. Portanto, todos aqueles que estão comprometidos com a

educação revolucionária de qualidade devem buscar mecanismos apropriados para estabelecer a pesquisa como prioridade para entender, transformar, aprender e ensinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permitiu discorrer sobre a importância em propor uma formação para professores pelas instituições de ensino que realmente possa alcançar no campo da formação de professores uma formação contínua e permanente, que deve ocorrer preferencialmente nos mesmos locais em que a prática educacional ocorre, em situações reais e sob condições específicas de aprendizagem e ensino. Esse tipo de formação deve ser teórico-prática, contínua e permanente, não pode ser caótico ou improvisado, nem deve estar nas mãos de instituições universitárias convencionais onde ocorre a formação inicial de professores. Compreendeu-se que para fazer isso, as instituições de ensino devem proporcionar uma atualização para professores na prática para saírem recuperados e fortalecidos, para o desenvolvimento adequado das diversas atividades da práxis educacional e para que

possa adquirir a base para o exercício da profissão.

A formação dos professores, na maioria das vezes, artificial e está pouco vinculado à realidade dos processos de aprendizado e ensino. Portanto, é excluído, em grande medida, a experiência escolar concreta. Essa formação geral deve abranger informação, conhecimento e conteúdo das disciplinas científicas ou referenciais e sobre a realidade concreta da práxis de ensino.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. **Formar-se para formar**. Revista Aprender, Aveiro, n. 15, pp. 19-25, 1993.
- ARROYO, M. **Ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRASIL /MEC/ SEF. **Referenciais para a Formação de Professores**. Brasília, 1999.
- BRASIL /MEC/ SEF. **Referenciais para a Formação de Professores**. Brasília, 1999.
- DEMO, P. **Pesquisa: princípios científicos e educativos**, São Paulo: Cortez, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa.

São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor e nas práticas pedagógicas. In: Em Aberto, ano 16, n. 70, abr/jun. Brasília, 2006.

NÓVOA, A. Concepções e práticas de formação contínua de professores. In **Formação Contínua de Professores: Realidades e Perspectivas.** Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PERRENOUD, P. Formação contínua e obrigatoriedade da competência na profissão de professor. São Paulo: FDE, 1998.

PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

PIMENTA, S. G. (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, D. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por outra política

educacional. Campinas: Autores Associados, 2008.

SANTOS, B. de S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 2. Ed. São Paulo, 1986.

SCHÖN, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para ensino e a aprendizagem. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Rio de Janeiro: ANPED. 2003.

UNESCO/ INEP. O Perfil dos Professores Brasileiros: o que fazem, o eu pensam, o que almejam. São Paulo, 2004.

VASCONCELOS, M.L. A formação do professor de ensino superior. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

PROBLEMAS COMUNS NA APRENDIZAGEM DA LEITURA

Maria da Glória Novais Silva Benfica⁵

RESUMO

Este artigo procura retratar parte da dissertação de mestrado, intitulada: CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E LEITURA: Uma análise da prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Trata de um estudo descritivo, com pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. O uso da linguagem escrita implica a capacidade de aprender coisas novas através da leitura e a capacidade de expor nossos pensamentos escritos. A leitura e a escrita exigem a coordenação de uma ampla variedade de atividades complexas, algumas envolvidas na atribuição de significado aos símbolos escritos e outras na interpretação do significado do texto. Aprender a ler e escrever exige o uso da linguagem de maneira mais consciente, formal, deliberada e descontextualizada. Devido à sua complexidade, o aprendizado dessas atividades se torna um problema sério para educadores e alunos. Este artigo tem como objetivo responder às seguintes perguntas: Como promover a compreensão e o aprendizado através da leitura e escrita?

Palavras-chave: Leitura. Escrita. Aprendizado. Complexidade.

ABSTRACT

This article seeks to portray part of the master dissertation entitled: Phonological Awareness and Reading: An analysis of teaching practice in the early years of elementary school. It is a descriptive study, with bibliographical research of qualitative nature. The use of written language implies the ability to learn new things through reading and the ability to expose our written thoughts. Reading and writing require the coordination of a wide variety of complex activities, some involved in giving meaning to written symbols and others in interpreting the meaning of the text. Learning to read and write requires the use of language in a more conscious, formal, deliberate and decontextualized manner. Due to their complexity, learning these activities becomes a serious problem for educators and students. This article aims to answer the following questions: How to promote understanding and learning through reading and writing?

Keywords: Reading. Writing. Learning. Complexity.

1. INTRODUÇÃO

Quando se diz que uma criança não lê bem, essa afirmação pode se referir a coisas diferentes, na maioria das vezes, significa que a criança não aprendeu a ler mecanicamente, ou seja, não decodifica corretamente; outros afirmam que ao ler a criança apenas dão motivos para algumas

⁵ Graduação em Normal Superior; Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica; Mestre em Ciências da Educação.

palavras isoladas sobre o que foi lido e, na melhor das hipóteses, pense que a criança não entende quando lê. Da mesma forma, ao afirmar que uma criança não sabe escrever, quase sempre se fala na aparência da escrita, ou seja, ela não usa uma grafia considerada padrão; obviamente, essas interpretações estão intimamente relacionadas às concepções de leitura e escrita que são tratadas.

Antes de julgar o desempenho do aluno ao ler e escrever, teríamos que começar perguntando a nós mesmos o que entendemos lendo e escrevendo. Se a construção do significado ou a decodificação dos sons é entendida pela leitura e pela escrita, a expressão do pensamento na escrita ou na letra com boa forma, para poder observar e identificar o que aquelas crianças que não leem e escrevem corretamente fazem.

A leitura é mais do que uma simples atividade de decodificação, se não for entendida como um processo mecânico no qual se aprende a identificar e nomear bem cada uma das letras e, então, ao juntá-las, pense no que elas dizem, mas como um processo em que o leitor enfrenta o texto escrito, ele constrói o significado pretendido pelo escritor, usando para isso, tanto o

conhecimento que ele possui sobre o assunto, as pistas fornecidas pelo texto, como uma série de estratégias e operações mentais que eles iniciam ao ler.

Portanto, a leitura contém, assim, uma série de operações indispensável para a elaboração do significado, tais como: reconhecimento de informações, relacionamento dessas informações com as armazenadas na memória semântica do leitor, ativação de significados semântica, realização de diferentes tipos de relacionamentos entre as partes do texto, construção do significado global ou macroestrutura, entre outros. Todas essas operações intelectuais tornam a leitura uma atividade complexa.

Assim, o uso da linguagem escrita implica a capacidade de aprender coisas novas através da leitura e a capacidade de expor os pensamentos por escrito. A leitura e a escrita exigem a coordenação de uma ampla variedade de atividades complexas, algumas envolvidas na atribuição de significado aos símbolos escritos e outras na interpretação do significado do texto. Dessa forma, aprender a ler e escrever exige o uso da linguagem de maneira mais consciente, formal, deliberada e descontextualizada. Devido à sua complexidade, o aprendizado

dessas atividades se torna um problema sério para educadores e alunos. Este artigo tem como objetivo responder às seguintes perguntas: Como promover a compreensão e o aprendizado através da leitura e escrita?

2. COMPREENSÃO DO APRENDIZADO DA LEITURA E ESCRITA

Em nosso ambiente, a maioria das crianças que, de acordo com os critérios dos adultos, não conseguem aprender a ler e escrever, demonstram uma capacidade de funcionamento intelectual completamente normal, mostram alguma desordem quando entram em contato com as experiências usuais de aprendizagem na escola; no entanto, não leem nem escrevem bem (BARBOSA, 2004).

Na literatura segundo Bordini (2008), referente aos problemas de aprendizagem de leitura e escrita, há uma série de afirmações que tentam explicar a situação dessas crianças. Um deles sustenta que essas crianças têm deficiências perceptivas que lhes causam problemas para diferenciar símbolos simples, e a consequente elaboração de regras de correspondência entre fonemas e grafemas, interpretada como confusão entre os símbolos e /ou alterações no

reconhecimento, o que afeta a falta de fluência o fato de as crianças estarem confusas em muitos e correspondências variadas entre as letras do alfabeto (por exemplo, b e d) e os sons componentes das palavras faladas, é atribuído como um defeito na capacidade de discriminar os sons da fala. Nestes casos, supostamente as crianças não têm consciência fonológica, o que é falso, porque o fato de a criança não poder produzir alguns sons não significa que não os identifique.

Para Braggio (2005), as pessoas não precisam identificar e classificar as letras individuais para entender as palavras, mas ver a palavra escrita se refere diretamente ao significado. É essencial não reduzir o ensino da leitura à identificação de sons, nem converter o ensino da escrita em sons, pois dessa maneira não ajuda a esclarecer seu significado.

Uma segunda explicação, de acordo com Breves (2000), atribui os problemas de leitura e escrita às deficiências da linguagem oral, às quais as crianças recorrem ao escrever, pois seu domínio implica a percepção de que os grafemas representam categorias de sons e isso é realmente complicado. Nesse caso, o problema não está no reconhecimento de grafemas entre si,

mas em ver o que está representado em cada grafema, que causa problemas de compreensão da criança porque ela é forçada a dividir as palavras em sílabas e essas em sons. É importante lembrar que a linguagem escrita não é um código para a linguagem oral.

Outra explicação dada por Cagliari (2003), refere-se ao fato de que os alunos que leem muito de perto o texto o fazem porque se concentram na decodificação e negligenciam o uso de informações de nível superior, o que se traduz em dificuldades na construção do significado da texto Isso geralmente ocorre porque a criança não está em forma de ativar o conhecimento anterior relacionado ao tópico que se pretende ler, devido ao desconhecimento do assunto sobre o qual o texto trata ou devido ao vocabulário reduzido do aluno, o que impede o estabelecimento de relações entre o que é conhecido e o que é relatado ao que deseja ler, uma operação indispensável para a construção de significado ao ler.

Segundo Colomer (2002), na realidade, a solução não é pôr em prática um ou outro método para ajudar os alunos com problemas de leitura e escrita, porque existem muitas variáveis que afetam diretamente seu aprendizado, e um único

método visa apenas cobrir certos aspectos da linguagem em detrimento de outros.

De acordo com Coracini (2005), dependendo do tipo de explicação dada às dificuldades de leitura e escrita, a intervenção pedagógica é proposta para ajudar os alunos. Nesse caso, deve procurar diretamente superar as deficiências, o que requer cuidadosa observação e identificação dos problemas, para que o trabalho com os alunos seja sustentado pelos pontos fortes e, simultaneamente, com os pontos fracos.

As crianças não se tornam leitores graças a metodologias, de acordo com Bordini (2008):

[...] As crianças aprendem a ler quando as condições são adequadas. Essas condições incluem o relacionamento com livros e outros materiais de leitura e o relacionamento com pessoas que podem ajudá-los a ler. As condições também incluem personalidades próprias, autoimagem, modo de ser, interesses, expectativas e compreensão (p. 155).

Para o autor, a visão atual sobre o ensino da leitura e da escrita enfatiza a importância de as crianças começarem como leitores e escritores com todos os meios materiais à sua disposição, incluindo o uso do teclado para ensinar a escrever, o que eliminaria os problemas que a criança representa das letras, concentrando sua

atenção no significado que deseja comunicar.

Portanto, o professor deve oferecer ao aluno, uma variedade de materiais impressos a criança para que obtenha informações de diferentes fontes, valorizá-los, fazer sua própria interpretação, familiarizar-se com os diferentes formatos em que ele escreve e desfrutar de mensagens diferentes, que garantem a aprendizagem de leitura e escrita.

Para concluir, é importante notar que, para evitar dificuldades de leitura e escrita, devemos introduzir no trabalho diário em sala de aula uma variedade de materiais impressos e lúdicos para colocar em contato com crianças com uma variedade de mensagens e comprometê-los a participar de uma variedade de experiências de leitura e escrita, incentivar a produzir textos e a ler suas próprias produções escritas. Dessa maneira, o professor poderá esquecer o uso do livro didático que, além de ser reducionista, elimina o interesse em ler e a produção de mensagens que respondem à expressão de pensamento e necessidades sociais de comunicação.

2.1. Dificuldades na aprendizagem da leitura

Os alfabetizadores de muitas gerações não esperaram pela ciência para ensinarem a ler. Mas, para muitas crianças, o processo de aprendizagem pode tornar-se mais rápido e podem-se evitar dificuldades e a consequente desmotivação, se levar em conta os processos cognitivos que se efetuam na mente da criança, se conhecer as relações entre as diversas aquisições que conduzem ao saber ler, se souber identificar, com o máximo de precisão possível, as características, manifestações, e as origens das dificuldades encontradas pela criança, visto que as queixas mais frequentes dos professores são as dificuldades na leitura (MORAIS, 2013).

Uma criança pode tornar-se um leitor deficiente, por múltiplas razões: porque ela não conhece a língua em que aprende a ler, porque o ensino na sua escola é insuficiente, porque ela não vai à escola, por causa de uma doença, ou porque a leitura não é um valor importante no seu meio, ou suas capacidades cognitivas de atenção e concentração são insuficientes. Tudo isso pode retardar o processo de aquisição da leitura. Assim, optar por um

método que venha beneficiar a todos é o mais indicado.

De acordo com Shaywitz (2006), dislexia é ter dificuldade em aprender a ler. A palavra “dislexia” vem da palavra latina “dis”, que quer dizer dificuldade, e da palavra (grega) “lexia” que significa palavras. As duas juntas formam a palavra dificuldade de ler palavras, mas as crianças que têm dislexia podem aprender a ler. Às vezes demora um pouco para a criança ler, mas pode melhorar muito, com atividades de instruções fônicas. Nas crianças disléxicas, há uma falha no sistema de linguagem no nível do módulo fonológico que prejudica a consciência fonêmica, como também a capacidade de segmentar palavra verbalizada em seus sons subjacentes. Os fonemas são menos precisamente definidos, e como resultado, as crianças têm dificuldades para descobrir/ dominar o código de leitura. Sabe-se que ler consiste em um processo de extrair significados. Significados estes, de caracteres simbólicos e escritos. A dificuldade de ler e compreender o que é lido traz grandes obstáculos para a aprendizagem. Traz, também, consequências sociais, educacionais e econômicas, além de causar, dificuldades em outras áreas. Em algumas crianças

podem criar bloqueio para aprender a falar, ouvir, soletrar, escrever, concentrar – se, resolver problemas matemáticos e organizar a informação. Tudo isso pode acarretar frustrações, baixa autoestima e alguns problemas psicológicos e emocionais. Quando o professor se depara com uma criança que sente dificuldades em aprender e desenvolver-se como os outros alunos, logo lhe vem a seguinte que estão: onde estão os erros? Quando ocorre este grau de dificuldade na aprendizagem, cabe aos professores orientar os pais para que procurem ajuda de um profissional especializado, a fim de que seja feito um diagnóstico, e assim, após esse diagnóstico, ambos devem estabelecer uma parceria, para que o caso seja tratado de forma sistemática e efetiva, e para que diversas formas de ensinar sejam utilizadas, a fim de atender a todos.

Nós, professores, desempenhamos um papel fundamental na sociedade, pois, somos responsáveis pelas competências cognitivas mais valorizadas e importantes que o sujeito pode adquirir, que é a leitura e escrita. Assim, deve ser preocupação do professor observar o desempenho do aluno, para avaliar corretamente sua motivação para aprender a ler, a precisão e a qualidade

da sua comunicação oral, sua capacidade de atenção e de memória. É importante verificar se o aluno não sofre de alguma insuficiência sensorial, visual ou auditiva, que até então tenha passado despercebida ou não tenha sido assinalada. Além dessa preocupação inicial, o educador deve estar consciente de que aprender a ler é, antes de qualquer coisa, aprender a habilidade que nos permite converter uma sequência de sinais gráficos na pronúncia e no significado que lhe correspondem (MORAIS, 2013).

Alguns autores sustentam que existem diversos tipos de leitores deficientes: disléxicos fonológicos, caracterizados por uma incapacidade de decodificação fonológica que se manifesta por uma leitura de pseudopalavras. Disléxicos ortográficos ou disléxicos de superfície, que apresentam uma incapacidade no nível de tratamento ortográfico, revelado por dificuldades na leitura de palavras irregulares, assim como no reconhecimento de palavras homófonas. E disléxicos mistos, apresentando distúrbios ao mesmo tempo na decodificação fonológica e no processo ortográfico (MORAIS, 1996).

As pesquisas realizadas por Bryant e Brandley (1987), ao investigarem os motivos das dificuldades na leitura, comprovam que estas são causadas pela inabilidade que determinados sujeitos possuem para perceberem que as palavras são constituídas por diversos sons. Os pesquisadores afirmam que entre as idades de 4 e 6 anos as crianças desenvolvem a consciência de que as palavras podem ser separadas/segmentadas em unidades menores, e por volta dos 6 anos, a maior parte das crianças sabe contar o número de sons (fonemas) que ouve nas palavras curtas. Nessa fase, muitas crianças já terão passado por pelo menos um ano de escola, incluindo o ensino da leitura, salientando que leitura e consciência fonêmica se reforçam mutuamente: a consciência fonêmica é necessária para a leitura, e a leitura, por sua vez, aumenta a consciência fonêmica. Os 30% das crianças que, depois de um ano de ensino de leitura, ainda não sabem separar os sons das palavras oralizadas, provavelmente estão relacionados aos 20 a 30% de crianças em idade escolar que passarão por dificuldades de leitura (SHAYWITZ, 2006).

Apesar disso, a escola, por obedecer ao sistema educativo, e tendo como

prioridade ter que dar conta de muitos conteúdos oferecidos pelo programa vindo do governo, não valoriza, de forma integral, o desenvolvimento de uma habilidade tão importante para a aprendizagem da leitura, como a consciência fonológica. Os professores, em especial os alfabetizadores, utilizam técnicas e métodos dos programas impostos pelas secretarias de educação, modelos prontos para alfabetizar, o que acaba camuflando o problema.

A concepção segundo a qual os distúrbios da aprendizagem da leitura são devidos, essencialmente, a deficiências das capacidades relacionadas com a linguagem, mais exatamente das capacidades fonológicas, é hoje a concepção amplamente dominante nos meios científicos. Entretanto, não é ainda a concepção dominante nos meios praticantes, tanto quanto também não era nos meios científicos, há vinte anos (MORAIS, 1996).

Sabemos que os problemas de aprendizagem de leitura ocorrem em todo o mundo, e as causas são as mais variadas. Com isso, as estratégias eficazes são sempre de natureza preventiva, com a utilização de métodos que visam à prevenção das dificuldades de aprendizagem. É relevante

utilizar estratégias que ofereçam instrução comprovadamente mais eficaz para ajudar o aluno a estabelecer a correspondência entre grafemas e fonemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o estudo realizado, baseado na fala dos autores, pode compreender que, se a criança tem um problema de aprendizagem, isso não significa que não pode decifrar os códigos da leitura e escrita. Porém, precisará de auxílio e precisará ser trabalhada com métodos diferentes.

Os problemas de aprendizagem ocorrem devido à maneira como o cérebro incorpora e processa as informações. Portanto, existem crianças que aprendem de uma maneira diferente. O cerne da questão é descobrir como deve ser trabalhada para que possa aprender melhor.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. 7ª ed. rev – São Paulo: Cortez, 2004.
- BORDINI, M. da G. e AGUIAR, V. T. de. **Literatura: a formação do leitor** -

alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2008.

BRAGGIO, S. L. B, **Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

BREVES, Maria Tereza P. **o livro-de-imagem** um (pré) texto para contar histórias. Ética Editora. 2000.

BRYANT, P.; BRADEY, L. **Problemas de leitura na criança** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística**, 10ª ed. São Paulo: Editora Parma Ltda, 2003.

COLOMER, Teresa. CAMPS, Ana. **Ensinar a ler, ensinar a compreender.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

CORACINI, M.J.R.F. **Diversidade e semelhanças em aulas de leitura.** São Paulo: Pontes. 2005.

MORAIS, J. **Criar leitores:** para professores e alfabetizadores/ José Morais – Barueri, SP; Minha Editora, 2013.

MORAIS, J.A **arte de ler/** José Morais; tradução Álvaro Lorencine – São Paulo: Editora UNESP, 1996.

SHAYWITZ, S. **Entendendo a dislexia:** um novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leitura/ Sally Shaywitz; tradução Vinícius Figueira. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

LER O ESPAÇO PARA COMPREENDER O MUNDO

Maria Luisa Domingues Ferreira⁶

RESUMO

Neste artigo, procurou descrever a importância do aluno e sua compreensão espacial das representações cartográficas, pois é uma necessidade imediata e fundamental na educação dos três níveis de ensino, pois é imperativo ter uma leitura de sua representação; é nessas circunstâncias que os alunos têm dificuldade em discriminar e interpretar informações de as representações na área de geografia. O estudo apontou a necessidade exige que os alunos sejam claros sobre as noções espaciais que são competências da área, bem como alcançar o domínio do espaço geográfico. No aspecto pedagógico, o professor precisa capacitar e dominar o ensino da aprendizagem na área geográfica. Esse processo discriminatório também apresenta dificuldades que devem ser abordadas pelo professor responsável. Alunos e professores valorizam contribuições pedagógicas das estratégias de leitura do espaço, reconhecendo os melhores resultados da aprendizagem, tanto que o professor assumirá um papel de liderança nas melhorias permanentes da qualidade da aprendizagem. Assim, o objetivo foi analisar a importância da leitura para a aprendizagem do conhecimento geográfico.

Palavras - chave: Leitura. Espaço Geográfico. Ensino e Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

O espaço escolar e a organização da sala de aula interessam a muitos profissionais: pedagogos, psicólogos, arquitetos, professores, no entanto, a pesquisa é escassa e encontramos poucas aplicações práticas nas escolas. O espaço deve ser outro elemento da atividade de ensino e, portanto, é necessário estruturá-lo e organizá-lo adequadamente. O estudo baseado na pesquisa bibliográfica e descritiva procurou compreender que o ambiente da sala de aula é um instrumento muito valioso para a aprendizagem, e é por isso que deve ser objeto de reflexão e planejamento para o professor

Muitas pessoas afirmam que não têm visão espacial, que não estão bem orientadas ... e parecem resignadas em acreditar que não possuem esses recursos que as limitarão, por exemplo, a entender arquitetura, engenharia ou arte, onde deve interpretar planos, imagine estruturas ou dominar perspectivas. No entanto, não são habilidades inatas adquiridas espontaneamente, mas é possível e necessário modelá-las como parte do aprendizado na escola.

⁶Graduação em Geografia- Mestre em Ciências da educação- UNINTER.

O sentido espacial ajuda a entender o mundo à nossa volta: entender o plano e o espaço, identificar corpos, lidar com conceitos na vida cotidiana. Ao discutir o papel e a importância do conhecimento geográfico para a formação do jovem brasileiro, o objetivo é mostrar que o ensino de geografia se encontra no interior dessas preocupações voltadas para a qualidade do ensino. O estudante, com a mediação do professor, precisa participar da construção do próprio conhecimento e desenvolver autonomia suficiente para entender e produzir diversos tipos de texto.

Assim, a leitura e a escrita constituem-se como competências para a compreensão da vida em sociedade e do mundo. Aprender a ler um texto é também aprender a ler o mundo, pois o educando deve estar voltado a entender o mundo em que vive. O objeto de estudo desta pesquisa está vinculado às dificuldades na interpretação do espaço geográfico. Considera-se que as limitações que os alunos apresentam e dificuldades na obtenção de capacidades para localizar, representar e discriminar o espaço geográfico. Necessidades são as limitações que os alunos têm para o gerenciamento do espaço, onde apresenta dificuldades para entender a

lateralidade espacial, pontos cardeais e referências espaciais em relação a um ponto geográfico.

2. O QUE É ESPAÇO GEOGRÁFICO?

Estamos entrando no campo do espaço geográfico, onde a capacidade de gerenciar noções espaciais desenvolve habilidades para diferenciar formas e objetos do espaço, até para ver de diferentes ângulos, para distinguir e gerenciar a ideia de espaço, para elaborar e usar mapas e outras formas de representação, bem como identificar e colocar no mundo visual com precisão, efetuar transformações nas percepções, imaginar um movimento ou deslocamento interno entre as partes de uma configuração e ser capaz de recriar aspectos da experiência visual, mesmo sem estímulos físicos relevantes.

Apresentamos então ao espaço geográfico no contexto da ciência, onde a participação ativa do homem como agente transformador de seu ambiente gráfico de forma complexa esse novo significado. Anteriormente, concluímos que a relação entre homem e meio ambiente constrói

noções espaciais. Em relação a essa interação, Callai (2000) afirma que:

[...] o espaço geográfico é o terreno e sua dimensão sócio-histórica e política, ou seja, a expressão de identidades socioculturais que, localizadas em um local específico, não passam de identidades geográficas” (p. 9). Como visto nessas noções, consolida-se a conceitualização do espaço associado à geografia, uma geografia ativa e analítica, social e econômica, onde o homem assume o centro do palco como fator cultural, embora algumas tendências geográficas, como o determinismo geográfico, marquem o papel de ambiente sobre o homem, que é o espaço Geográfico determina o desenvolvimento da sociedade (CALLAI, 2000, p. 67).

Por outro lado, o autor objeta que:

“quando um espaço geográfico é definido, é feita uma tentativa de descrever e explicar o que acontece naquele local, as causas, as consequências e as relações estabelecidas em uma organização específica desse espaço, digamos, a maneira como isso foi transformado” (p. 10). Essa afirmação é consistente com as ideias que Castellar (2000) apoia quando afirma que:

[...] O espaço geográfico, não pode ser lido como o simples cenário físico em

que o homem vive subordinado a fenômenos naturais, deve ser lido como o espaço construído, onde a ação humana ocorre. O espaço geográfico focado como o território que é ordenado e governado, onde interesses políticos são manifestados e o poder é exercido. (CASTELLAR, 2000, p. 15).

Cada estado ou nação conceberá a importância de seu espaço geográfico de acordo com sua cultura, seus objetivos geopolíticos e sua visão de mundo, onde a organização do estado e seus objetivos determinarão uma gestão do espaço geográfico de acordo com as necessidades e recursos. Assim, o espaço geográfico tornou-se um recurso valioso para o desenvolvimento da humanidade por seus recursos, seu potencial e a capacidade de gerar desenvolvimento.

É importante como o espaço geográfico é entendido. Para Cavalcanti (2008): “os estudantes reconstruem a realidade espacial de um lugar a partir de suas próprias percepções e dos dados que o espaço possui” (p. 21). Dessa forma, as noções de espaço geográfico associadas à experiência imediata e às primeiras concepções são consolidadas. É uma dificuldade para os alunos apresentarem dificuldades de compreensão espacial, onde

professores do ensino médio recebem alunos do primeiro ano, com uma realidade sistêmica crítica

A compreensão do espaço geográfico requer não apenas observação, mas também reflexão e capacidade de interpretação e representação; isso exigirá, por sua vez, o desenvolvimento e domínio de técnicas, habilidades e leitura enfim, as realizações de domínio e das habilidades espaciais serão avaliadas nos processos de ensino-aprendizagem. Uma correta percepção e interpretação do espaço, bem como a capacidade de representá-lo, implica a aquisição de conhecimentos conceituais e, acima de tudo, metodológicos e instrumentais, indispensáveis para operar com eficiência nos mais diversos aspectos da vida cotidiana (MARQUES, 2003).

Atualmente, todas as representações terrestres têm intervenção no desenvolvimento humano, portanto, hoje os espaços naturais são chamados de fatos geográficos que requerem a participação de outras ciências e disciplinas. Para Regon (2000), é importante afirmar que: “fatos geográficos obrigados a realizar estudos de planejamento interdisciplinar, nos quais participam essencialmente profissionais relacionados às ciências da terra e ciências

sociais” (p. 14). Em outras palavras, a participação de outras ciências associadas ao espaço intervém na organização da sociedade, baseada no mundo físico: climatológico, hidrológico e geológico; e, claro, a demografia e suas performances.

Concluindo, todas as nossas primeiras noções sobre espaço e espaço geográfico precisam do apoio de uma boa leitura, das ciências naturais e sociais para sua rápida representação, porque a representação do espaço geográfico terá novas habilidades não apenas para o aluno, mas também para os professores que terão que enriquecer os conceitos e estratégias.

2.1. Importância da leitura para a construção do conhecimento e pensamento geográfico

Alunos das séries iniciais apresentam, muitas dificuldades em leitura e escrita com erros que já deveriam ser sanados, para estar-se apto para a linguagem na geografia. As dificuldades fazem parte do universo da pesquisa. Em se tratando das séries finais do Ensino Fundamental os alunos participaram da construção do conhecimento e pensamento geográfico, algum se percebeu claramente que conseguem ter uma visão

maior entre o que “lê” e passa a produzir textos relacionados aos assuntos abordados em sala.

Mas ainda existe uma grande parcela pelas análises de gráficos que ainda apresentam muitas dificuldades. Daí é onde entra a ação do professor (a) para dar um reforço maior aqueles alunos que não estão acompanhando o quanto deveriam estar. Decorrente destas questões que estão interligadas e o levantamento de dados entre as escolas, o aluno percebeu que a geografia tem seu saber significativo e eles devem aprender a pensar o espaço e após conseguirem escrevê-lo, para que ao concluir, o ensino fundamental esteja apto a ler e escrever, para que a geografia que foi estudada não perca na memória, mas que venha a fazer parte integrante de um conhecimento adquirido que foi acrescentado e ele precisará dele para seguir seus anos vindouros.

Em análise as dificuldades encontradas em sala de aula é muito grande quando o alunos ainda não consegue ler e escrever. Contudo na análise dos professores das séries finais, torna-se difícil ensinar um conteúdo de geografia se o aluno não sabe ler e escrever e muito menos interpretar. Porque este professor tem que

seguir seu conteúdo, para poder vencer o livro sugerido pela escola. Os alunos que não sabem ler e escrever simplesmente ficarão para trás, porque com irão recuperar um atraso que já faz anos que o aluno não está apto a estar naquela série e o mesmo não consegue acompanhar.

Com toda esta problemática o aluno chegou às séries finais não conseguindo acompanhar a turma, ocorrendo um desnível de seu próprio conhecimento, e do pensamento geográfico. O conhecimento adquirido nas séries iniciais é de suma importância para que ele seja acrescido e melhorado nas séries finais, pois o aluno vai apenas acrescentando além daquele que ele já sabe. No entanto aquele aluno que não sabe quando chega nas séries finais não acompanha e muitas vezes é onde acontece a falta de disciplina, pois se ele não está entendendo nada do que o professor está falando fica disperso e atrapalha a aula.

Cabe aí o que chamamos de sondagem na primeira semana de aula. Mas nem todas as escolas os(as) professor(a) fazem esta prática. Embora os estudos sejam muito a respeito de interpretação, segundo Abaurre (2008), a linguagem em seu aspecto artístico estrutural ou prático é considerada como parte integrante de nossas vidas,

instrumento indispensável. E essa base é que nossos alunos deveriam ter para poder continuar seus estudos.

Assim, a leitura e a escrita constituem-se como competências para a compreensão da vida em sociedade e do mundo. Segundo Solé (1998) “no âmbito da leitura, este aspecto, adquire-se um interesse inusitado”. Os alunos deveriam ter esta competência para poder entender os textos porque a interpretação é a base para o conhecimento adquirido, e após ser colocado em prática tanto em sala de aula como para a vida toda ele vai precisar desta competência.

Para Freire (2009, p.54) “ler e escrever como momentos inseparáveis de um mesmo processo-o da compreensão e o domínio da língua e da linguagem”. Portanto, para compreender a geografia temos de ter o conhecimento dos vários tipos de linguagem a fim de compreender o que pede o exercício, a leitura e a compreensão de imagens, análise de gráficos. Em uma questão das pesquisas nas séries finais aborda-se em uma questão sobre a importância de ler e escrever, onde constatou-se a sua importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese a a leitura e a escrita são importantes para a compreensão do espaço geográfico e para seu desenvolvimento, pois tudo que vamos fazer precisamos da leitura e da escrita, para o conhecimento leitura, análise e interpretação dos códigos específicos de geografia (mapas, gráficos, tabelas etc.), mostra o quanto é importante saber interpretar todos os símbolos já nas séries iniciais porque quando chegarem nas séries finais ou até mesmo no final do Ensino Médio terá levado esta bagagem de conhecimento para não apresentar dificuldades. É necessário que se tenha esta meta como agente transformador. A Escola Pública deve ser de boa qualidade isto é que os professores saibam repassar seus conhecimentos, para que juntos consiga vencer o analfabetismo. Com isto ele vai conseguir avançar avivar seu conhecimento cada dia mais e elevando o aluno expor suas dificuldades e a partir daí se tornar um cidadão agente de seu conhecimento.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Vitória. **Entrevista à Revista Teoria e Debate**, n. 39, out/nov/dez. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 1998.

BRANCO, João Maria de Freitas. **Dialética, ciência e natureza**. Lisboa: Caminho, 2009.

CALLAI, H. **Estudar o lugar para compreender o mundo**. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CALLAI, H.; CALLAI, J. **Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais**. *Espaços da Escola*, Ijuí, v. 3, n. 11, p. 9-18, jan./mar. 1994.

CASTELLAR, S.M.V. **A alfabetização em geografia**. *Espaços da Escola*, Ijuí, v. 10, n. 37, p. 29-46, jul./set. 2000.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papirus, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 18. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

MARQUES, M.O. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. Ijuí: UNIJUÍ, 2003

REGO, N. et al. **Geografia e educação: geração de ambiências**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 2004.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia nas séries iniciais: o desafio da totalidade mundo**. 2001. 155f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociencias, Universidade Estadual de Campinas, Campinas